

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS- UFPEL**

**Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Programa de Pós-  
Graduação em sociologia.**

**Dissertação de Mestrado**



**Título: Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da  
Guiné-Bissau**

**(1963-1973)**

**Autor: Nico Augusto Có**

**Pelotas, 2023**

**Autor: Nico Augusto Có**

**Titulo: Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da  
Guiné-Bissau  
(1963- 1973)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, instituto de filosofia, sociologia e política da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Rodrigo Cantu de Souza

**Pelotas, 2023**

C652a C6, Nico Augusto

Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau (1963-1973) / Nico Augusto C6 ; Rodrigo Cantu de Souza, orientador. — Pelotas, 2023.

64 f.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Amílcar Cabral. 2. Independência. 3. Guiné-Bissau.  
4. Portugal. 5. Regime Colonial Português. I. Souza, Rodrigo Cantu de, orient. II. Título.

CDD : 301.09

Nome do Discente

Nico Augusto Có

Título da tese

Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau(1963-1973)

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Sociologia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa: 12 de junho de 2023.

Banca examinadora:



Prof. Dr. Rodrigo Cantu de Souza, orientador, Doutor em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Prof Dr Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco

Prof Dr Rodrigo Vieira de Assis, Doutora em Sociologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Eu, Rodrigo Cantu de Souza, atesto que o(s) membro(s) da banca listado(s) acima sem assinatura participou/aram da sessão de forma remota e/ou por parecer.

Faço este trabalho em jeito de homenagem a Amílcar Lopes Cabral, por tudo que fez pela Guiné-Bissau, e por alguns países do continente Africano e de modo geral a sua contribuição para o mundo, com destaque no que refere ao papel desempenhado no processo de descolonização dos países africanos de língua Portuguesa dominados no passado pelo Portugal. Estendo a dedicação para a minha Família, de forma especial, as pessoas que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico, minha mãe, a quem eu devo favor neste mundo que juro trabalhar no futuro próximo para retribuir o que ela merece receber por minha parte, por ser suporte da minha vida e por ter acompanhado arduamente no meu estudo desde primária, ensino médio e até no presente momento. Dedico o presente trabalho, aos meus irmãos, imãs e primos, pelos conselhos, encorajamentos e atenção dada a mim, também de forma especial, quero dedicar ao Lionel Sá e Baloa Armando Sanca, pessoas que estiveram comigo nos momentos difíceis e bons da minha vida, durante o tempo que estou ou estive a formar no Brasil. Aos meus amigos, as pessoas que partilhei e troquei informações de assuntos acadêmicos no percurso de bacharelado, licenciatura e do mestrado, contribuíram de forma significativa na minha formação, especialmente para o Barnabé Augusto Có, a pessoa que a nossa relação transcende os laços de amigos mas, sim são de dois irmãos.

## **Agradecimentos**

Eu gostaria de agradecer a Deus pelo dom da vida, por ter me dado saúde, força, foco e determinação ao longo do tempo da formação e, sobretudo do período que estava a fazer o mestrado que não é fácil porque o mundo enfrentava forte vírus de pandemias/ coronavirus, mas graças ao poder de Deus ultrapassei as barreiras de dificuldades. A minha enorme gratidão do fundo do coração ao meu orientador, professor doutor, Rodrigo Cantu de Souza, pela paciência e vontade que disponibilizou para me orientar nessa dissertação do mestrado, se não for pela sua ajuda e orientação eu não teria chegado até aqui, meus sinceros agradecimentos aos professores doutores, Ricardino Jacinto Dumas Teixeira pela contribuição na avaliação do trabalho e por ser uma pessoa que, desde sempre me apoiou e orientou dentro e fora do espaço acadêmico, ao professor Rodrigo Vieira Assis que esteve desde primeiro momento da qualificação, pelas brilhantes avaliações, sugestões e indicações para melhoramento do trabalho. E estendo o meu agradecimento a coordenação do curso da sociologia da Universidade Federal de Pelotas pelo acampamento e disponibilidade em tudo que preciso e orientações dadas a minha pessoa, sou grato a todos os professores que compõem o corpo docente desta referida Universidade pública federal situada no Rio grande Sul no Brasil.

## Resumo

ABADIA, Danúbia Mendes. **As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974)**. Goiânia, 2018

O trabalho intitulado, Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau (1963-1973), tem como foco principal, abordar sobre a biografia sociológica de Amílcar Lopes Cabral e desenvolver teoricamente, a participação e contribuição deste líder do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde- PAIGC no processo da luta para a concretização da independência. A biografia sociológica, neste caso fez análise através das referências bibliográficas disponíveis com relação o percurso histórico dele, começando pelo seu nascimento na cidade de Bafatá em Guiné-Bissau, os primeiros momentos da sua infância no país, a mudança para Cabo-Verde, país dos seus pais e todo o percurso da escolaridade básica, sua formação superior de agronomia em Portugal e, o regresso para a sua terra natal, Guiné-Bissau. No segundo momento do trabalho, falamos da importância e contribuição de Amílcar Lopes Cabral no processo de luta armada para a independência deste país. Momento pertinente que definiu o destino do país, isto é, a Guiné-Bissau tornou independente e livre do regime colonial Portuguesa resultado de uma guerra armada na mata da Guiné-Bissau que durou onze anos e no final do mesmo ano, o país foi unilateralmente independente de Portugal em 24 de setembro de 1974, proclamada pelo então militar e presidente da república, João Bernardo Nino Vieira, meses depois da morte de Cabral.

**palavras-chave:** amílcar cabral, independência, guiné-bissau, portugal, regime colonial portuguesa.

## **Abstract**

The work entitled, Amilcar Cabral and the period of the revolution for the Independence of Guiné-Bissau (1963- 1973), has as main focus, to approach on the sociological biography of Amílcar Lopes Cabral and to develop theoretically, the participation and contribution of this leader of the African party for the Independence of Guinea and Cape Verde – PAIGC, in the process of the struggle for the Independence. This sociological biography in this case, we analyzed through the bibliographical references available regarding his historical path, starting with his birth in the city of Bafatá in Guinéa-Bissau, the first moments of his childhood in the country, the move to Cape Verde, his parents' country, and the whole course of his basic education, his higher education in agronomy in Portugal, and his return to his homeland Guinea-Bissau. In the second part of the paper, we talk about the importance and contribution of Amílcar Cabral in the process of armed struggle for the Independence of this country. A pertinent moment that defined the destiny of the country, that is, Guinea-Bissau became independent and free from the Portuguese colonial regime as a result of an armed war that lasted eleven years at the end of the same year, the country was unilaterally independent from Portugal on September 24, 1973, proclaimed by the then military man and president of the Republic, João Bernardo Nino Vieira, months after Cabral's death.

Keywords: amílcar cabral, independence, guinea-bissau, portugal, portuguese colonial regime.



## Lista de figuras

Fiufura 1	Mapa da Guiné-Bissau .....	8
Figura 2	Foto da imagem de Amílcar Lopes Cabral ....	10

### **Lista de abreviaturas e siglas**

ANP	Assembleia Nacional Popular
CEI	Casa dos Estudantes do Império
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
ISA	Instituto Superior de Agronomia
INEP	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa
IPAD	Instituto Nacional de Estudo e Pesquisa ao Desenvolvimento
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MLGC	Movimento de Libertação da Guiné e Cabo-Verde
MLG	Movimento de Libertação da Guiné
MING	Movimento para Independência da Guiné
ONU	Organizações das Nações Unidas
PAI	Partido Africano da Independência
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde
RDAG	Reunião Democrática da Guiné
UPG	União dos povos da Guiné
UNGP	União dos Naturais da Guiné Portuguesa
UPLG	União da População Libertada da Guiné

## Sumario

Introdução .....	11
Referencial teorico, materiais e método de pesquisa .....	13
Contextualização histórica e social da Guiné-Bissau .....	27
Acupação do colonialismo português na Guiné Portuguesa e a resistência dos grupos etnicos perante presnça colonial .....	34
O PAIGC e a Guerra de Independência .....	38
Biografia sociologica de Amílcar Cabral .....	49
Amílcar Cabral de formação em Portugal.....	52
Conclusão .....	61
Referencias. ....	64

## 1 Introdução

O presente trabalho objetiva-se desenvolver o tema, Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau. O trabalho baseia-se por meio de abordagem histórica da figura de Amílcar Cabral e o seu envolvimento no processo da guerra para a independência, ou seja, a sua trajetória no processo revolucionário da luta armada para a independência do país. Para a concretização da ideia, primeiro precisamos conhecer e estudar algumas instâncias de socialização que podem nos facultar informações em relação à pessoa de Amílcar Lopes Cabral, o seu contato no processo de luta armada e entender melhor o desenrolar desta luta armada que graças aos seus resultados, os guineenses foram livres das opressões coloniais Portuguesa. A primeira dessas instâncias seria a família, a segunda as instituições de ensino onde Cabral estudou e, finalmente, a terceira é o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde – PAIGC, um partido político que assumiu o desafio de libertar povos da Guiné-Bissau e das Ilhas de Cabo Verde liderado por Amílcar Cabral. Ademais instituições que possam facilitar no acesso as informações desta grande figura Africana que lutou e contribuiu para a independência do seu país e dos países irmãos da Guiné-Bissau no continente Africano contra o jugo colonial, principalmente países invadidos e dominados pelos portugueses.

Para o problema da pesquisa, pretendemos expilar através dos dados disponíveis do assunto a ser abordado, para a compreensão dos nossos leitores e interessados nesta temática o seguinte: Como as disposições de Amílcar Lopes Cabral condicionaram os rumos do movimento de independência. Com base nesse problema de pesquisa, podemos ampliar as nossas discussões para trazer alguns detalhes históricos como, movimento histórico de descolonização, acentuação da exploração colonial. Também a hipótese que se pretende explorar é, alternativamente, microsociológica, como o habitus de um de seus principais líderes condicionaram decisões cruciais do movimento independentista. Para tanto, pesquisamos documentos e produções que vão nos explicar o processo da revolução. Convém lembrar que, o processo para a independência da Guiné-Bissau têm vários momentos, começando pelas resistências dos grupos étnicos contra a ocupação portuguesa no território guineense, neste sentido, o foco da pesquisa será

centralizado no percurso dado pelo Amílcar Cabral e seu envolvimento na luta armada para a concretização da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Para entendermos o pensamento de Amílcar Lopes, trabalhamos com o conceito de habitus, desenvolvidos pelos dois teóricos, Pierre Bourdieu e Norbert Elias, com ela, conseguimos abordar o percurso de Amílcar Lopes Cabral, começando desde a história dos pais dele, seu nascimento na Guiné-Bissau, sua infância, seu percurso da escolaridade na Cabo-verde, país dos seus pais e a sua formação superior em Lisboa Portugal no curso de agronomia e depois o seu retorno a sua terra natal, Guiné-Bissau pós a formação , através de um convite do próprio regime colonial portuguesa para trabalhar como funcionário no seu país. Nesse sentido, o conceito de habitus desenvolvidos pelos nossos referenciais acima citados, foi relevante para compreendermos as disposições sociais de Amílcar Cabral por meio de estudo da sua biografia sociológica, que resume a história da sua vida. O trabalho foi elaborado através das revisões bibliográficas, isto é, a consulta e leituras dos livros, monografias, teses de dissertações, artigos que estão relacionados com o tema e nos ajudaram a compreender o objetivo do nosso trabalho. O trabalho é estruturado da seguinte maneira; A introdução, como forma de situar os leitores do que vai ser desenvolvido mais na frente e no segundo momento, discutimos sobre referencial teórico, os matérias usados no trabalho e métodos percorridos para elaboração do presente trabalho, em seguida, falamos da Contextualização histórica e social da Guiné-Bissau, na quarta parte, discutimos sobre o PAIGC e a Guerra de Independência, quinto capítulo, a Biografia sociológica de Amílcar Cabral, a sexta parte do trabalho, fala da Amílcar Cabral de formação em Portugal e por último, fechamos com a conclusão, resumindo assim as principais ideias trabalhadas durante a elaboração do trabalho, todos os capítulos acima constituídos, foram importantes para elaboração do trabalho e especialmente no apoio para a nossa compreensão em relação o objetivo de que desejamos alcançar no presente trabalho, porque cada capítulo contribui de forma significativamente nessa produção de ideia sobre a Amílcar Cabral no que refere o papel desempenhado no processo de luta pela independência da Guiné-Bissau.

## **2 Desenvolvimento**

### **3 Referenciais teórico, materiais e método de pesquisa.**

No que refere aos referenciais teóricos para a elaboração deste trabalho que vai suportar a fundamentação dos conteúdos a ser desenvolvida e no auxílio da construção das ideias e estruturação do trabalho com intuito de fazer a compreensão dos leitores em relação ao tema apresentado. Pretendo mais adiante trabalhar com o conceito de habitus tendo como base teórica Pierre Bourdieu (1930) e Norbert Elias (1995), autores que trabalharam com esse conceito nas suas produções, os dois autores explicam de maneira detalhada o significado do conceito de habitus e sua importância para entendimento da biografia sociológica de um indivíduo.

A partir das abordagens dos autores em relação ao sentido e significado de habitus, elas possibilitarão a noção e reflexões para a compreensão da figura de Amílcar Cabral durante o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau. Partindo nessa lógica de ideia, faz sentido entender que, as nossas ações e práticas sociais são importantes para a construção do habitus, através das acumulações de trajetórias de vida no passado de uma pessoa, da sua interação com a sociedade e, muitas vezes são desenvolvidas em espaços sociais diferentes onde estamos rodeados. Entretanto, partindo da minha percepção a respeito da noção de habitus, eu me compreendo como conjunto de processos que orientam as convivências das pessoas por meio de interações entre agentes sociais. Importante frisar ainda que, a construção de habitus, as pessoas, enquanto mentores da história outrora em muitas ocasiões são inconscientes daquilo que estão a produzir, essa produção pode ser coletiva ou individual. Bourdieu (1930, p.16), explica o conceito de habitus,

Quando se considera a prática se traduz por uma “estrutura estruturada predisposta a funcionar como estrutura estruturante” explicita-se que a noção de habitus não somente se aplica a interiorização das normas e dos valores, mas inclui os sistemas de classificações que preexistem (logicamente) as representações sociais. O habitus pressupõe um conjunto de esquemas generativos que presidem a escolha; eles se reportam a um sistema de classificação que é, logicamente, anterior a ação.

Abordagem de Bourdieu pode nos ajudar analisar e compreender as ações desenvolvidas por Amílcar Cabral no período revolucionário para a independência, foco principal deste trabalho de pesquisa. Também faz sentido anunciar que o conceito de habitus tem longo percurso histórico, iniciada nas ciências humanas. Uma palavra latina que é usada para a tradução escolástica que traduz a noção grega *hexis* formalizada por Aristóteles para nomear algumas características da alma e corpo no que trata ao processo de aprendizados (SELTON, 2002). Outro suporte para a realização deste trabalho, como foi anunciado, é o sociólogo Norbert Elias (1995), ele debruça sobre o conceito de habitus. O autor começou a sua análise a respeito do entendimento de habitus, baseando na história de vida, visando contribuir para que o leitor compreenda como habitus do indivíduo é construído. A partir da narração do percurso histórico de vida, ficou claro quanto ao conceito de habitus que são resultados de acumulação das nossas práticas ou ações sociais que são elementos essenciais na formação e na aprendizagem de um indivíduo, os espaços da construção do habitus nos possibilitam as interações entre diferentes individualidades independentemente do nosso status social. Abrantes (2012) aborda o conceito de habitus na biografia de conhecidas figuras políticas e históricas (S. Bolivar, B. Juarez, E. Guevara), oferecendo elementos importantes para que possamos compreender a biografia sociológica de Amílcar Cabral. A partir das revisões das histórias de vida, o estudioso usa o método biográfico e a formações das identidades, esse método é relevante para a percepção da experiência de uma determinada figura ou instituição, como no nosso caso, o foco da pesquisa é sobre Amílcar Cabral. As disposições individuais são pertinentes na construção daquilo que o Elias e Bourdieu chamam de habitus, porque são as formas de incorporação de experiências que formam o habitus, entretanto são ações construídas nas relações do indivíduo com a sociedade ou na sua coletividade de convivência.

No entanto, o uso do método biográfico e as formações das identidades desenvolvidas por Abrantes (2012), vai permitir a contextualização sócio histórica do Amílcar Cabral e, o que nos facilitará a trazer possíveis legados deixados por ele, principalmente na compreensão do objeto desta pesquisa. O universo sociológico pode ser compreendido através da participação em diferentes redes sociais que não limita somente na perspectiva das interações entre indivíduos que produzem as histórias. Abrantes (2012, p. 4), acrescenta que, “o próprio conhecimento produzido pelas ciências sociais e incorporado nos quadros de uma reflexividade social influi nos modos como os atores se (re) constroem continuamente, dando origem a processos de” dupla hermenêutica. Portanto, a nossa história é o reflexo daquilo que produzimos através da participação em diferentes redes de aprendizagens ou outras instituições pelo qual a nossa história do passado ou presente é construída.

Para a compreensão da história de Cabral na perspectiva do uso do conceito de habitus leva-nos a estudar a sua socialização primária, denominado por Abrantes como fase etária da juventude, com a proposta de poder contextualizar o processo sócio e histórico relacionado a figura da nossa pesquisa (ABRANTES, 2012). Para a concretização do nosso objetivo, vamos abordar a história de vida de Amílcar Cabral, seguindo o método usado por Pedro Abrantes (2012) para descrever história de vida das pessoas baseando nos seus trabalhos.

A noção de habitus, inserido no conceito de campo abordado por Bourdieu (1939), o autor designa campo, conjunto de instituições que estruturam as nossas convivências, e o habitus neste campo é entendida como espécies de ações individuais protagonizadas dentro dos campos, por exemplo, campo universitário, campo político etc. Elias (1995) também tem a visão semelhante a de Bourdieu quanto ao conceito de habitus, o autor entende que, a sociedade é constituída pelas relações pessoais, sociais e interdependentes, de indivíduos de classes sociais diferentes e que tornam iguais uns aos outros pelas suas interdependências na sociedade ou pela condição natural que estão inseridos que acabam por ser inevitável de separar. Com isso, o Elias compreende-se o conceito de habitus como espaços de interações ou relações entre indivíduos, onde se comunicam e depende das ações desenvolvidas nesses campos de relações seja de forma pessoal ou coletivo.

O Gabriel Peters (2016) analisou o conceito de habitus tomando como



referencial o pensamento de Bourdieu. Para Peters, as disposições individuais são elementos importantes para a percepção do habitus, portanto, o habitus para ele, é conjunto de disposições e condutas que são adquiridas pelos agentes individuais nas experiências em determinadas condições sócio históricas. Isto pode acontecer por meio do ato da socialização das pessoas numa determinada relação social. Podemos seguir nessa lógica de ideia trazido pelo autor para construir reflexões que poderia dar resposta ao problema do nosso tema em relação a figura de Amílcar no contexto da revolução para a independência.

O Bernard Lahire (2013), no seu trabalho, “o singular plural” o autor tece o termo, “o mundo social a escala individual”, a frase nos permite entender por outro lado o significado do título, O singular plural. Suponhamos que, existe a história de uma pessoa em encontro da outra em estado de incorporação, as disposições das duas pessoas formam o coletivo, ou seja, a pluralidade, portanto, das nossas práticas sociais individuais constituem aquilo que autor afirma, do mundo social a escala dos indivíduos e, as ações socializadoras dos indivíduos muitas vezes não são coerentes (LAHIRE, 2013). O mundo é constituído pela interdependência, isto é, das nossas relações, condicionado pelas estruturas interiores e exteriores, neste sentido, dificilmente existir ação social isolado, mas sim, a individual precisa do coletivo para o seu desdobramento. Nessa perspectiva da ideia percebemos que, as nossas interações são fundamentais para pudermos entender o percurso da nossa vida desenvolvida através dessas relações entre os indivíduos. Segundo a obra de Norbert Elias (1939) uma das suas obras sobre as interações, intitulado: A sociedade dos indivíduos, nela o autor traz ao público a percepção de como as pessoas interagem entre si nas sociedades, ao ponto de mostrar que, a sociedade sem indivíduos não funciona, o mesmo é oposto da segunda ideia, quer dizer dos indivíduos, uma pessoa, grupos, ou determinados grupos dos indivíduos não podem viver sem interagir com outros indivíduos. O fato disso mostra claramente que a sociedade dos indivíduos seria o mesmo que dizer, um processo de interações que as pessoas de diferentes categorias, sociais e econômicas fazem nos seus percursos de vidas.

Portanto tomado como referencial teórico Norbert Elias para a compreensão da figura de Amílcar Cabral e a trajetória de vida dele até o momento da luta pela independência é necessário e de grande contribuição termos como fio condutor o trabalho de Norbert Elias, que denominou de, a

sociologia de um gênio ( 1991 ) ali o autor leva aos leitores a perceber as etapas de vidas, com reflexões da história de um jovem chamado Mozart, em que diversos elementos constituíram a sua personalidade para que essa pessoa possa alcançar um nível de reconhecimento intelectual, com a ajuda da educação familiar desde o início, suas interações com outras entidades, como a escola, igreja, centros de instruções musicais, tudo isso foi desenvolvido através do processo de interações entre ele e outros indivíduos ou sociedade onde ele estava inserida. Entender isso nos auxilia a compreensão de Cabral na perspectiva histórica narrada pelo Norbert Elias criando um nome fictício, jovem Mozart para poder abordar as suas teorias. A sociologia de um gênio da autoria de Norbert Elias (1991) relata aquilo que é a relação entre o indivíduo com a sociedade, mostrando a diferença entre as duas, os tempos históricos e as caracterizações.

A interação entre indivíduo com a sociedade pode ver no trabalho de Elias que é inseparável, porque a construção da história da pessoa necessita da interação com outras personalidades ou outros lugares públicos que são essenciais para as nossas formações. A nossa vida, ou seja, a convivência humana, ela é dependente de outras pessoas e das participações em lugares para o desenvolvimento da nossa aprendizagem, com isto pude compreender através das leituras que eu fiz da obra que, a trajetória de Jovem Mozart, começou na casa, sob orientação familiar, dos seus pais e irmãos. Nas análises do livro de Elias, a sociologia de um gênio (1991) é notavelmente perceber o poder que Mozart tem na arte musical depois de nascer, neste período de tempo, exatamente no século XVIII, arte e a sociedade, são coisas indissociáveis, para Elias, a música é indissolúvelmente a sociedade e a época que ela é produzida, daí se encaixa a questão que me insisto a mostrar desde início que o desenvolvimento das nossas atividades e da aprendizagem pessoal é dependente de outras entidades, o exemplo disso, é o caso da nossa interação na sociedade com outras personalidades que lá estão ações que é de extrema importância. Portanto para Elias, o jovem Mozart desenvolveu seu potencial musical interagindo com as diversas pessoas na sociedade o que permitiu desta maneira, a sua carreira e obras tiverem sucessos na época na qual ele vivia. Por viver, compartilhar e interagir com a sociedade de corte que havia na França, o jovem é considerado um dos músicos com mais produções na altura, a sua ascensão

musical era invejável.

Para Elias, quando o menino Mozart já for adulto, a potencialidade que tinha anteriormente não foi à mesma, fato disso e sua consequência são porque o autor quer seguir a sua carreira individualmente, desligando assim de todas as estruturas das sociedades de corte, uma estrutura que suportou lhe no momento, mas, a sua decisão levou a fracassar mais tarde na carreira musical, pessoal e, posteriormente levou-lhe numa profunda frustração total a partir de momento que começou a trabalhar independente.

O poder que tinha confundiu-lhe a tomar medidas precipitadamente. Para Norbert Elias, na sociedade de corte do século XVIII não permitia a ideia da independência, sendo uma sociedade associada, a aristocracia admitia e exigia ações de entretenimento entre as obras dos músicos incluindo os concertos dos músicos que estão empregados na sociedade de cortes na qual Mozart fazia parte, isso implica dizer que, os músicos dependência muito dos patrocínios vindo das pessoas da sociedade de corte. E o gosto do patrono prevalece, mas nas produções das músicas que os músicos vão fazer os assuntos a ser relatada dentro da música deve agradar o patrono da sociedade de corte.

É de perceber que Mozart, segundo Elias (1991) vivia dilema no que trata a questão entre identificação da nobreza de corte e o seu próprio gosto. E o fato de querer ser artista livre e acabou a ficar ligado a essa tradição musical. Para Norbert Elias, sua situação era peculiar infelizmente subordinadamente dependente das sociedades de cortes e, ao perceber sobre a grandeza da sua capacidade musical, Mozart acha melhor e até superior a demais membros da sociedade onde está inserido. Mas o autor esqueceu que a coletividade ou a sua inserção na sociedade de corte que lhe deu a rápida ascensão no mundo das artes musicais. Falar disso, é perceber que, todo o nosso percurso seja de quaisquer circunstâncias onde encontramos, necessitam das interações com os próximos para a progressão que desejamos alcançar. Nestas perspectivas de análises de Elias em relação a vida e obras de Mozart, faz sentido trazer o mesmo para nós compreender a vida de Amílcar Cabral, como um homem que cresceu e desenvolveu as ações através de processo de interações com outras pessoas e sociedades que permitiu lhe crescer e atingir top na sociedade guineense, cabo-verdiano e não só, como em outras sociedades onde passava.

Na segunda obra do teórico Norbert Elias, propomos analisar o tema

intitulado a sociedade dos indivíduos, no sentido de contribuir em relação ao entendimento das disposições pessoais que formam as nossas trajetórias de vidas. A sociedade dos indivíduos (1939) de Elias, é uma obra importante para as construções de argumentos que possam ajudar nas percepções das nossas ideias de desenvolver o tema relacionado à vida do Amílcar Lopes Cabral e o seu percurso no processo de luta pela Independência da Guiné-Bissau, que iniciou em 1963. A ideia de trazer essa obra é interessante no intuito de fazer análise a respeito dos dois conceitos que são: Sociedade e indivíduos, conceitos extremamente relevantes para análises das disposições de uma personalidade, suas trajetórias históricas, cultural e sócio econômico para melhor conhece-lo. Foi nesse sentido que achamos que a obra a sociedade dos indivíduos de Norbert Elias será grande contribuição teórica para nos auxiliar na perspectiva de entendimento dos aspetos sócio histórico da vida de Amílcar Cabral. A vida humana é reflexo do processo de interações, seja em quaisquer lugares públicos que estamos, como bem diziam os interacionistas, George Simmel, Erving Goffman, Norbert Elias entre outros autores que analisaram a sociedade, e as interações das pessoas entre si.

Os dois conceitos, sociedade e indivíduos são complementares uns aos outros no que tange a questão da convivência dos seres humanos. O indivíduo é coletivo na perspectiva de que não aprendemos algo de forma sozinho, por isso cada indivíduo aproxima do outro individuo para interagir, aprender ao lado dos outros, de modo que isso vai resultar nos conjuntos de grupos dos indivíduos que formam aquilo que chamamos de sociedade. Norbert Elias (1939) contrapõe a ideia de que existe uma sociedade separada do indivíduo, ou seja, a questão de dualismo, mas sim de acordo com ele, esse pensamento é meramente conceitual, ou capitalista. Portanto quando pretendem trabalhar o conceito de sociedade dos indivíduos, elas necessitam de ser unidas e desta forma, precisamos trabalhar sobre o conceito de indivíduo. Os dois elementos abordado por Norbert Elias, são pertinentes para nos analisar os ambientes pelo qual os seres humanos constroem as suas histórias, através dos dispositivos sociais que nos rodeiam, possíveis por meio de atos de interações entre as pessoas na própria sociedade. Para isso, a sociedade dos indivíduos da autoria de Norbert Elias, explica de forma detalhada como as pessoas se comportam e interagem dentro de uma determinada sociedade construída por essas pessoas.

Na perspectiva de Norbert Elias (1939) a ideia de indivíduo e a sociedade, é uma relação mútua quer dizer há reciprocidade, correspondência, o indivíduo, a após a nascer, desenvolve as suas capacidades aprendizagem dentro do ambiente familiar, e com decorrer do tempo ele vai ampliar esse processo de aprendizagem nos outros espaços de aperfeiçoamento de conhecimento, por exemplo, na escola, onde se encontra mais indivíduos que vem de diversas famílias com educações diferentes, para formar uma sociedade resultado do processo de interações das pessoas.

Com base nas obras de Norbert Elias e demais autores apresentadas acima, temos como proposito de informar que, estudar e entender a contribuição de Amílcar Cabral no processo de luta para independência, é preciso estudar alguns fatos históricos, neste caso, familiar, a interação deste líder nas diversas organizações políticas e sociais onde ele desenvolveu as suas experiências, como o caso da família, sendo a primeira entidade educadora que ensina e orienta as pessoas para apreender as formas de conviver e lidar com outras pessoas dentro de uma determinada sociedade onde se encontra. Por isso, trouxe aqui, como principal referencial teórico desta obra Norbert Elias, as duas obras dele onde o autor aborda a experiência de interações de Jovem Mozart, a sociologia de um gêmeo (1991) e a sociedade dos indivíduos (1939), os trabalhos são relevantes para abordagens teóricas do nosso tema, porque elas permitem analisar e entender o nosso objeto de estudo baseando na teoria deste autor para compreender o percurso sócio histórico durante a guerra armada para a conquista da independência e perceber a papel desempenhado por Amílcar Lopes Cabral.

As nossas histórias como seres humanos, são reflexos e resultados das nossas convivência e interações entre si, por isso a para conhecer um líder como Amílcar Cabral, é preciso conhecer as suas trajetórias pessoais, começando na família, a sua formação e atividades desenvolvidas na esfera política, sob nesse aspecto é possível saber e analisar o legado deixado pelo o mesmo. Entretanto, esse procedimento de análise, ela tem como base teórica de Norbert Elias no que diz respeito às interações dos indivíduos para construir uma sociedade, ou seja, todas as ações acumulativas criam as nossas histórias, por meio de processo participativo, de aprendizagens em diferentes áreas de conhecimentos. Por tanto, conhecer as histórias de Amílcar Cabral e a contribuição em relação a processo de luta para a independência, há que rever e estudar a própria história e

documentos do partido PAIGC e trazer depoimentos de alguns camaradas que estiveram juntos com ele com intuito de aprofundamento destas informações. Isso passará, por meio de analisar teoricamente as suas interações com diferentes personalidades dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde e demais relações pessoais e de trabalhos antes da sua morte.

Para a construção do trabalho apontaremos alguns materiais que serão utilizadas durante a realização da pesquisa. Foi usada a pesquisa da Moema Parente Augel (2007) que contextualiza as situações socioculturais do país, o trabalho permitiu fazer abordagens relativamente à criação do PAIGC e a independência e, foi pertinente para podemos dar andamento com a pesquisa. História: A Guiné-Bissau e as ilhas de Cabo Verde (1974), da autoria do partido PAIGC, a obra contextualiza diferentes temáticas, desde a origem da humanidade, dos impérios e seus reinados (chefes de comunidades), a organização social e política dos dois países e foi abordada a questão da independência e pós-independência.

Tcherno Indjai (2012) discute o processo da luta armada e a liderança de Amílcar Cabral, o projeto unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde para a concretização da independência dos dois países, a ideia de unificar as duas nações. A obra aborda-se as trajetórias das ações políticas e do processo de mobilizações desencadeada pela figura da Amílcar Cabral durante a sua infância, a liderança nos momentos da luta armada nas matas da Guiné-Bissau. A historiadora Artemisa Odila Candé Monteiro (2013) com o seu trabalho nos leva a conhecer a Guiné-Bissau antes e depois da independência através da antecedência, como por exemplos, as massas populares dos grupos étnicos que aderiram à luta armada nas matas da Guiné, contra o regime colonial português, a formação do estado nacional guineense e a própria figura da Amílcar Cabral nessas andanças quanto ao projeto mínimo, que segundo ele era a libertação dos dois países.

Daniel Júlio Lopes Soares (2014), traz o percurso histórico de Amílcar Cabral, situação sociopolítico da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e o processo de luta armada liderada pelo PAIGC sob comando de Amílcar Cabral. Essa obra com certeza contribuirá para a construção da nossa pesquisa ou daquilo que almejamos concretizar. O trabalho de Ricardinho (2015) é relevante e tem grande contribuição para refletirmos em relação a aquilo que propomos estudar com a

finalidade de contribuir daquilo que almejamos alcançar. O trabalho de Apolinário Mendes de Carvalho (2015), sobre a Política externa da Guiné-Bissau face aos novos paradigmas nas relações internacionais, diplomacia e cooperação internacional. Neste trabalho, Apolinário Mendes de Carvalho, discute sobre os primeiros momentos de contatos das autoridades da Guiné-Bissau com os parceiros internacionais antes da independência com destaque importantíssima da figura de Amílcar Cabral no que refere o seu desempenho a diplomacia guineense, o autor mostra que, a diplomacia do país foi dirigida na altura por ele, representando o país através do partido libertador PAIGC.

O outro material interessante é do Gordinho Gomes (2015), que discute a questão da participação das pessoas de gêneros femininos no processo de luta para a independência na Guiné-Bissau, mostrando as grandes contribuições das mulheres para a concretização da independência. Outro material trata-se do trabalho de Daniel Precioso (2017), nesta obra foi abordada a questão do processo histórico da independência e o projeto pensado pelo Amílcar Cabral, relativamente ao Estado binacional para os dois países irmãos, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. O trabalho de Didier Té (2016) é um material importante porque nos ajudou a entender como a Guiné-Bissau fica situada no continente Africano e suas limitações territoriais com outros vizinhos e entre outras questões essenciais para contribuir na construção deste projeto.

Danúbia Mendes Abadia (2018) o trabalho vem trazendo a história da forma como aconteceu a luta armada contra a dominação dos portugueses nesses dois países Africanos situada na costa ocidental da África e, por outro lado, foram discutidas as perspectivas ideológicas e trajetória do líder Amílcar Cabral e suas influencias para levar em frente à conquista para as independências dos dois países. O Magno Da Costa (2019) a obra reflete a respeito da visão pan-africana de Amílcar Cabral e a influência de Kwame N'krumah e ideias de unidade e solidariedade africana no pensamento político e revolucionário de Cabral, e como base teórico-político para independência e desenvolvimento da Guiné-Bissau (COSTA, 2019). Essa ideologia da visão de integração africana foi importante para o continente e para a própria independência da Guiné-Bissau.

A outra obra que aborda grandes dimensões históricas sobre a vida e o percurso da luta para a concretização da independência, trata-se do trabalho de Paulo Fernando Campbell Franco (2019), o autor faz reflexões sobre o

pensamento de Cabral, prática social e a sua política com marco histórico entre 1945-1973, discutiram a capacidade intelectual e a influência de mobilização e organização dos dois povos para a luta contra a opressão portuguesa. Luciana Bastos Dias (2020) contextualiza a perspectiva de Cabral em relação à corrente Marxista, sua liderança no movimento fase a emancipação da independência durante a guerra fria de 1948 a 1973, o último ano, é justamente quando o país foi independente de Portugal.

Amílcar Lopes Cabral foi uma das figuras importante no processo da luta para a independência da Guiné-Bissau, porque foi mentor das táticas de guerrilha e a inteligência usada para liderar a luta, ajudou a dar passos para a vitória que foi alcançada depois de vários anos de luta. Para dar procedimento da luta armada, Amílcar Cabral criou em 1956 o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo-Verde- PAIGC, o partido que assumiu o desafio da guerra por via clandestina e foi um marco histórico dos movimentos nacionais em defesa das independências das ex- colônias Portuguesa, no entanto, a geração que conquistou a independência foi conhecida como a geração de Amílcar Cabral em detrimento de reconhecimento deste líder com relação à forma como dirigiu os movimentos para a consolidação da independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde (CASSAMA, 2014, P.13).

Desta forma, no meio dos colegas da luta para a independência da Guiné-Bissau e Cabo-Verde e países da sub-região africana em particular das colônias portuguesas, Cabral passou a ser visto como grande revolucionário com mérito dado a sua pessoa como pai da nacionalidade dos dois países. De salientar que, Amílcar Cabral e seus colegas antes da criação do PAIGC, no princípio, o propósito era criar um movimento com finalidade de conversar com autoridade colonial portuguesa para encontrar uma solução, de negociar a independência de uma maneira pacífica, mas isso não surgiu efeito positivo devido à resistência por parte do dominante.

A compreensão da história da luta armada e da independência conquistado pelo PAIGC sob liderança de Amílcar Cabral, tem percurso longo, apoios de várias organizações internacionais para a concretização do objetivo pretendido. A ideia da criação de movimento para dialogar com autoridade portuguesa que mais tarde foi transformada em partido político serve de estratégias importantes para combate a ocupação portuguesa na Guiné-Bissau e Cabo-verde. Cabral através



do partido representou a Guiné-Bissau no exterior, isso é evidente quando a uma sessão das organizações africanas contra invasão dos países Europeus, Cabral em tom pan-africanismo afirmou que, a luta de libertação dirigida pelo PAIGC tem apoios dos povos africanos, dos antirracistas e anticolonialistas com destaque a Europa e América e a organização da união africana com pouco tempo da sua existência, criada em 1963 ajudavam os movimentos para a libertação com apoios, nomeadamente o caso do PAIGC (PRECIOSO, 2017, P. 351). O partido africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde foi escolhido na conferência realizada na cidade de Rabat, em Marrocos com a participação de sete Estados de Governos Africanos, representante das lutas de libertação no continente Africano. No processo de luta para independência, Cabral teve ajuda da Organização das Nações Unidas e enquanto discursava na vigésima sétima sessão da mesma organização, a ONU declarou a favor da independência das colônias portuguesas e o PAIGC representado pelo Amílcar Cabral anunciado como representante dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Durante o discurso apresentado por Amílcar Cabral na Assembleia das Nações Unidas, ele esclareceu que, a guerra de libertação não é para todos os portugueses, mas, para tropas fascistas de Salazar, que tinham a ideia da ocupação da África.

Para a veracidade dos nossos argumentos para a formação deste trabalho, é necessário definir os caminhos pelo qual o trabalho será realizado, ou seja, o método da pesquisa a traçar. Entretanto, propomos trabalhar em primeiro momento da pesquisa com a metodológica de base qualitativa. O Michael Samir Dalfovo, Rogério Adilson Lana e Amélia (2008), entendem que, a metodologia qualitativa de um trabalho científico é aquela em que podemos partir do princípio que ela trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, as informações fornecidas pelo pesquisador não expressa em números (DALFOVO et al, 2008, p. 10). O caminho que optamos por seguir passa imediatamente pelas revisões bibliográficas dos assuntos que vão constituir as ideias essenciais do trabalho, tendo como o propósito criar elementos suficientes que são capazes de fundamentar as ideias para a discussão em relação aquilo que pretendemos abordar.

Quanto a método de pesquisa desta dissertação de mestrado, optamos para consultas biográficas, ou seja, revisões dos materiais escritos por outros autores relacionados à temática, que foram disponibilizados para o acesso do

público, aqueles materiais que podem ser encontrados por via de consulta na internet ou numa forma física, no caso de universidades que sempre disponham de grandes produções acadêmicas em diversas áreas do saber. A consulta destes documentos é, por exemplo: artigos acadêmicos, monografias, dissertações de mestrados ou doutorados e livros. Com os conteúdos que lá estão, possamos extrair algo que nos interessa para contribuir na discussão teórica e construções dos capítulos e objetivos do presente trabalho.

Desta forma, ciente das diversidades dos temas que a Guiné-Bissau disponha e que ainda não foram explorados para os seus devidos tratamentos de forma científica, o que está por origem desta problemática, muitas vezes, é a dificuldade de acesso às literaturas da Guiné-Bissau, sobretudo no período pós-independência e que, percorre até os finais dos anos noventa para o início de dois mil. Para termos informações ou fazer pesquisa em determinadas áreas de interesse nesse país, exige do pesquisador enorme logística a respeito, o que têm dificultando vários pesquisadores para produzir grandes assuntos ligados a Guiné-Bissau, que de uma forma, poderia contribuir significativamente no desenvolvimento da literatura guineense para apoio dos futuros leitores e pesquisadores.

De salientar que, a grande procura dos dados informativos sobre a Guiné-Bissau encontra-se no Instituto Nacional de estudo e pesquisa- INEP, uma da instituição de pesquisa com maior fonte de informações que o país disponha, quando pretende pesquisar assuntos ligados a Guiné-Bissau, é necessário consultar documentos vindo desta instituição. Levando em conta a evolução tecnológica a que o mundo enfrenta hoje, as dificuldades de acesso as informações no caso de produções acadêmicas está diminuindo bastante e, acesso a qualquer assunto por parte do pesquisador está ficando fácil em relação aos anos anteriores. Entretanto, para a realização da nossa pesquisa, passa-se pela via das revisões bibliográficas, dos materiais acima citados através de dois procedimentos, virtual, ou seja, na internet e de forma palpável dos materiais que estão no nosso alcance, como foi mencionado atrás, das fontes secundárias citadas por outros pesquisadores, artigos, monografias, dissertações e jornais, que possam contribuir para a composição do presente trabalho através de diferentes escritos que falaram sobre Amílcar Lopes Cabral e seu envolvimento no processo de luta armada para a independência da Guiné-Bissau.

Nesta linha de pensamento, é possível trazer os escritos de Amílcar Lopes Cabral, dos testemunhos que estiveram junto com ele nos momentos antes da Luta armada na Guiné-Bissau até o dia que foi assassinado em Conakry em 20 de janeiro de 1973. De salientar que, nessa primeira fase da metodologia o propósito essencial é focar nos dados bibliográficos para suas análises com intuito de poder construir reflexões relacionadas à vida e obra de Amílcar Cabral para entendimento daquilo que foi o papel desempenhado por ele no processo de luta pela libertação da Guiné-Bissau. Para isso, necessitamos de revir a produção científica ligada a sociedade Guineense, para informar e contextualizar os leitores sobre o país, da biografia de Amílcar Lopes Cabral, do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde PAIGC, e posteriormente entender o processo que culminou com a independência, isto é, as mobilizações para a luta armada, coordenados pelo Amílcar Cabral e falar dos impactos positivos que a luta trouxe para a Guiné-Bissau.

Com base no método de pesquisa que propomos trabalhar, esperamos aprofundar detalhadamente com vista à concretização daquilo que é essencial para a nossa pesquisa. Sendo assim, entendemos que, o método de uma pesquisa nada mais que um caminho que o pesquisador define para chegar ao seu objetivo pretendido. Na metodologia de pesquisa do presente trabalho, a pesquisa pode ser realizada na internet no caso dos materiais não palpáveis, revisões bibliográficas, das matérias palpáveis não palpáveis e até por meio da pesquisa de campo. Essa última prática de pesquisa exige do pesquisador que vai para o campo, mais condições financeiras com intuito de chegar à localidade desejada para fazer pesquisa. Em muito caso deste tipo de pesquisa, acabam por limitar a vontade e ambições que o pesquisador tem no que toca a intenção de querer profunda sobre o assunto que está a tratar. Adotando esse método de pesquisa, de base qualificativa, podemos com certeza chegar a um objetivo, de entender a vida de Amílcar Lopes Cabral, o papel desempenhado por ele, a contribuição do partido PAIGC, para a concretização da independência, tudo isso é possível metodologia das revisões dos trabalhos escritos e publicados que estão ligados com aquilo estamos a pesquisar.

### 3.1 Contextualizações histórica e social da Guiné-Bissau

Várias conjunturas internas e externas contribuíram e influenciaram nas ligações entre as civilizações e costumes dos povos africanos. Essas ligações históricas têm as suas proliferações mediante a expansão de Império, a primeira dela e visível, é o poder do Império de Gana, que mais tarde, tem o sucessor de império de Mali e, seguindo do império de Songai por diante (Teixeira, 2015). A Guiné-Bissau surgiu neste contexto, pertencendo o reino de Gabu que hoje, faz parte do império de Mali. De lembrar que algumas partes destas regiões continuaram em resistências, precisamente até o século XVIII, e as outras delas estavam sob o controle do poder colonial portuguesa, desde o início do século XVI, a Guiné-Bissau, foi colonizada pelo Portugal e passou a ter o nome da Guiné Portuguesa, justamente no século XIX.

Geograficamente, a república da Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, é constituído por uma parte continental que corresponde às terras planas e a outra parte insular localizada na província sul, formada por arquipélago dos Bijagós. A Guiné-Bissau é um país com área total de superfície de 36.125 km<sup>2</sup>. A superfície habitável de acordo com o dado é de 24.800 km<sup>2</sup> (TÉ, 2016, p.11). O arquipélago dos Bijagós, conta com mais de oitenta ilhas, praias e climas favoráveis para a existência da vida humana e lugares adequados para os turistas. O país faz fronteira com a República de Senegal ao norte e Guiné-Conakry ao sul, Oeste com oceano Atlântico. O último recenseamento da população e habitação realizada em 2012 indica que, a população total da Guiné-Bissau neste período é mais de 1,7 milhões de habitantes e, a maioria dessas populações vive na zona rural do país (CAETANO, 2012. p. 79).

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões e trinta e seis setores e um setor autónomo que é Capital, Bissau. Entre as regiões que constituem o território nacional guineense são: Bafatá, Biombo, Bolama Bijagós, Cacheu, Gabú, Oio, Quinará e Tombali. No que trata com relação à formação da população do país, consta que, a maior percentagem dos grupos de étnicos em comparação a, por exemplo, dos brancos ou mestiços digamos, isso foi evidente de acordo com dados de IPAD (2010 apud TEIXEIRA, 2015, p. 130), a Guiné-Bissau tem 1.520830 habitantes entre elas menos de 1% são brancos ou mestiços e, 99 % pertencem os grupos étnicos que compõem a sociedade guineense.

Atualmente segundo os dados atualizados na Wikipédia (2023), consta que os números da população da Guiné-Bissau aumentaram para dois milhões de pessoas, mostram assim aumento significativo com relação ao crescimento da população do país.

Os grupos étnicos mais numerosos são Balantas com números de 30 %, seguidos dos Fulos com total de 20 %, Manjacos com 14 %, mandigas 13 %, os papeis com 7 % e os restantes dos grupos das etnias menos numerosos ocupam essas percentagens que correspondem no total de 16 %. Neste contexto da caracterização da sociedade guineense, repare-se que entre as partes divididas no país, seja províncias, regiões, setores ou seções, existem grande aglomeração de certos grupos étnicos nessas localidades citadas, que adquirem e praticam suas religiões, costumes que os caracterizam, o caso específico da província norte do país, encontram-se a maioria da população da religião dos animistas e dos seguidores da religião católica, contrariamente da província leste, onde a maior parte das pessoas que lá vivem pertencem a religião muçulmana, da influência árabe, por exemplo. Já na província sul, atualmente há misturas em termo das convivências e de residências entre os grupos étnicos guineenses. A capital Bissau é cidade com mais concentração das populações devido às atividades comerciais que praticam ali em relação às outras cidades ou regiões acima mencionadas. Em razão disso o Fara Caetano (2012, p. 88) disse que,

A sociedade guineense, a par do que acontece com muitas sociedades do Continente africano, é marcada por uma estrutura social fortemente heterogênea relacionada com a existência de uma multiplicidade de etnias e, com estas, uma variedade de culturas, hábitos, línguas, tradições, etc. que habitam numa área territorial comum. Para melhor podermos compreender este fenômeno, importa primeiramente clarificar que existem atualmente na Guiné-Bissau três grupos religiosos distintos: os animistas (indígenas africanos), os muçulmanos (influência árabe) e os cristianizados (influência europeia) (CAETANO, 2012, P. 88).

A heterogeneidade dos grupos étnicos, que compõem a sociedade guineense, nos leva a compreender esta composição como uma rica variedade de etnias e línguas, circunscritas num país que tem a superfície menor em comparação com outros países da região africana. Quanto à estruturação administrativa da Guiné-Bissau, o país está dividido em três províncias, que são: a província norte, a província Sul e a província Leste, que corresponderam à superfície total acima mencionado de, 36.125 km<sup>2</sup>. As três províncias, são formadas por suas respectivas regiões, setores e seções. Cada poder regional tem suas organizações, suas políticas internas, as divisões de setores e seções que compõem a cada região. O

clima é tropical e, duas estações do tempo, a seca e chuva. Moema Parente Augel (2007) contextualiza o país em termo climático e outros aspectos importantes desta forma,

A Guiné-Bissau é um país plano, o clima é tropical, embora marítimo; nas regiões do Leste, no interior, apresenta-se com extensas planícies áridas, enquanto selvas e florestas ocupam a parte ocidental. O território continental é cortado por rios caudalosos como o Geba, o Cacheu, o Corumbal, o Mansoa, o rio Grande Buba e o Cacine, todos com inúmeros braços. A produção agrícola mais representativa, constituindo a maior percentagem das exportações, é o caju, cultivado por causa da castanha, exportada, sem processamento, em grandes quantidades. A produção de arroz é básica para a alimentação da população. Bissau é a capital e de longe a cidade mais importante, com cerca de 300 mil habitantes e onde se concentra quase toda a economia não agrícola do país. (AUGEL,2007, P. 49)

Como pode perceber segundo Moema, a Guiné-Bissau dispõe de condições favoráveis para viver, é um país ainda em vias de desenvolvimentos e rico pela natureza e a diversidade, exportação dos produtos nacionais como a castanha de caju faz naturalmente sem nenhum processamento. Outros aspectos pertinentes da característica deste país, como foram mencionados a pouco atrás, tem a ver com a produção agricultura, a castanha de caju sendo uma das atividades que dá rendimento para a economia do país, seguindo de variedades de espécies alimentícias, como por exemplo, a produção de arroz, Amendoim. A base alimentar do povo guineense é o arroz.

Em toda a parte da Guiné-Bissau, a produção de arroz é praticada, segundo Moema Parente Augel (2007), em cada família guineense, tem o arroz como consumo principal e de preferência para o dia, apesar de tiverem outras espécies de alimentos, mas o povo dá valor a arroz do que outro alimento. A educação e o serviço de saúde de qualidade continuam sendo a maior problema para o Estado da Guiné-Bissau porque os sucessivos governos que já passaram não têm as duas áreas, educação e saúde como áreas de prioridades, contrariamente da área da defesa e segurança que os governos mais investem com objetivos de puderem manterem seguranças em relação aos seus mandatos. E quanto à iluminação, desde a programação da independência em 24 de setembro de 1973, as grandes cidades do país continuaram na escuridão, salvos das casas das famílias dos dirigentes com privilégios de condições de iluminações durante a noite. Atualmente pode ver um pouco de avanços em alguns setores, mas, o país continua ainda numa situação da precariedade total, um dos países

mais pobres do mundo e consequentemente do continente Africano. Em 2019, o povo assistiu pela primeira na história do país, um presidente eleito democraticamente a terminar o seu mandato, o que dantes era contrário, ou seja, a política extremamente instável, isso é visivelmente visto devido o envolvimento dos militares nas questões políticas e partidárias. Essa situação está no contexto a situação política do país. A liberdade de expressão dos cidadãos e dos jornalistas e demais entidades públicas e privadas é quase inexistente.

No entanto, antes da independência, a Guiné-Bissau teve ocupação colonial como aconteceu com outros países africanos invadidos pelos países colonialistas que estavam à procura de novas terras. Em seguida, apresento resumidamente a situação geográfica da Guiné-Bissau no mapa e seus devidos limitações com países vizinhos, confere a imagem do mapa da Guiné-Bissau.

Mapa da república da Guiné-Bissau.



Fonte: Google maps, 2016.

No que trate a organização política da Guiné-Bissau, de acordo com a Constituição de República de 1984, é um país democrático, laico e apresenta sistema político republicano e multipartidário, apesar de muitas vezes a democracia acaba por ser violada pela ação de seus políticos. O sistema democrático deste país se estabelece pelo semipresidencialismo, em que o presidente da república é chefe do Estado, enquanto que o Primeiro-ministro é chefe do Governo. Além disso, o país conta com o poder legislativo, ou seja, da Assembleia Nacional Popular (ANP- parlamento) poder judiciário, e os tribunais. Cada um desses poderes goza de prerrogativas de legitimação, havendo, contudo, a limitação de poderes quanto as suas atuações entre si.

Assim, tendo em conta o sistema político de mandato semipresidencialismo que apresenta, segundo indica o trabalho feito por Elisabete Azevedo-Harman (2009), intitulado “O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da instabilidade políticas”, esta forma governamental, em que o presidente é eleito pelo povo por certo tempo de duração no poder, necessita ser ainda consolidada. Para a autora, (AZEVEDO-HARMAN, 2009, P. 2) mostra que “a Guiné-Bissau é um sistema semipresidencialista com alto pendor presidencialista e tal como no veredicto deste politólogo, após 14 anos de multipartidarismo a consolidação da democracia está ainda longe de ser uma realidade”. Vale a pena salientar que o sistema semipresidencialismo na Guiné-Bissau foi adotado por alguns motivos, a saber: devido à influência das políticas dos seus parceiros da lusofonia e também de alguns países das regiões africanas onde o país está inserido e, por último, da própria política defendida pelo partido libertador, PAIGC, cuja ação política indicava para aquela formação governamental (AZEVEDO-HARMAN, 2009). A autora ainda fala dessas influências na escolha do sistema político guineense:

A influência lusófona resulta numa primeira instância da partilha da língua portuguesa entre os seis países (PALOP e Portugal) o que permitiu a circulação e partilha de textos legais com facilidade. Adicionalmente o facto de alguns dos juristas africanos envolvidos no esboço das novas constituições democráticas terem sido formados em universidades portuguesas constitui um factor a ressaltar relativamente a este assunto. Para além da influência lusófona a Guiné-Bissau pode ter tido influência de países vizinhos, como o Senegal. Os dois países mantêm fortes laços sociais e económicos. O Senegal adotou o semipresidencialismo imediatamente após a independência em 1960 e novamente em 1981, altura em que o país reintroduz o multipartidarismo (Op. Cit., 2009, p.7).

Desta forma, a Guiné-Bissau apresenta diferentes setores de poderes, que compõem o sistema político do país, entre os quais, a Presidência, a Prematura



(que é uma instituição da República em que o Primeiro-ministro do país realiza todas as suas atividades governamentais), a Assembleia Nacional Popular (Parlamento), os tribunais, as Forças Armadas Revolucionárias do Povo e o Poder Judiciário. Cada um desses poderes tem os seus regulamentos e funcionamentos de acordo com a Constituição da República da Guiné-Bissau.

Neste sentido, dentre as estruturas dos poderes na Guiné-Bissau, o cargo mais alto do país é do Presidente da República, que é chefe da nação guineense, responsável pela orientação da política do país e de mediação em caso de conflitos. Ainda, essa figura goza de certos poderes durante o mandato, tendo direito de nomear e demitir os integrantes do governo. Esta última decisão acontece quando houver uma situação de impasse político entre o próprio presidente e o Primeiro-Ministro. Além disso, o Presidente da República tem a responsabilidade de nomear o Chefe de Governo, os presidentes dos tribunais de justiça e de escolher para o cargo de chefe das forças armadas o General da sua confiança.

Na política do país, a responsabilidade para formação do governo cabe ao Primeiro-Ministro. No entanto, ele deverá contar com anuência do Presidente da República em relação aos membros que vão compor o governo, caso este rejeite alguns dos nomes propostos, significa que o primeiro-ministro terá que procurar outros nomes para indicar ao Presidente da República.

Relativamente à nomeação do Primeiro-Ministro pelo Presidente da República, segundo Azevedo-Harman (2009, p. 10), deve ser feito com uma escuta aos partidos políticos que têm assento no parlamento, não dependendo exclusivamente do Presidente. Do mesmo modo, o Presidente da República pode propor outros nomes para ocupar algumas funções no governo, caso o Primeiro-Ministro esteja de acordo, bem como pode indicar a ocupação de outros cargos no aparelho de Estado. Da mesma forma, o Presidente tem poder de demitir qualquer membro do governo, inclusive o Primeiro-Ministro, quando houver falta de confiança. O mandato de Presidente da República é de cinco anos, enquanto o do Primeiro-Ministro é de quatro anos, de acordo com a Constituição da Guiné-Bissau.

Cabe também ao poder do Presidente da República nomear e demitir os juizes dos tribunais, general das forças armadas, ministros e embaixadores guineenses, e informando o governo sobre a sua decisão:

[...] tal como em relação a outras nomeações é necessário que o Presidente 'consulte o governo', e esta necessidade de consulta aplicam-se à nomeação dos juizes do Conselho Superior de Magistratura, à nomeação dos ministros, à nomeação e demissão do Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e à nomeação do Procurador-Geral da República. A nomeação e exoneração dos Embaixadores guineenses cabem ao presidente após consulta ao governo. Numa situação de coabitação e colaboração entre o presidente e governo estes processos de consulta podem até ocorrer num verdadeiro tom de parceria institucional. No entanto, numa situação de conflito este processo de consulta fica seriamente comprometido (AZEVEDO-HARMAN, 2009, p. 13).

No que se refere ao assunto das relações internacionais na Guiné-Bissau, cabe ao Ministério dos Negócios Estrangeiros a responsabilidade pelos assuntos exteriores através do ministro desta instituição, que atua em atividades de cooperação e nos demais assuntos ligados à diplomacia guineense, subordinado as ações do presidente com o aval do governo em exercício.

Como vimos anteriormente, a Assembleia Nacional Popular (parlamento) é outro poder político na Guiné-Bissau, sendo uma instituição da República de carácter deliberativo, que, entre outras questões, discute todos os problemas relacionados à política, aos projetos para o desenvolvimento e à aprovação de programas de governos, também fiscaliza as demais atividades de carácter político de governo. O presidente desta referida instituição é escolhido dentro do partido vencedor das eleições.

Em termos gerais, podemos apresentar seis principais poderes da República da Guiné-Bissau: a Presidência, a Prematura (neste caso a instituição do Primeiro-ministro), Assembleia Nacional Popular (Parlamento), os Tribunais, as Forças Armadas Revolucionário do Povo e o Poder Judiciário. Em cada um desses poderes, há diferentes órgãos como forma de descentralizar o poder, e esses órgãos devem salvaguardar o funcionamento institucional no país.

De seguinte faremos a questão de trazer a história do primeiro contato do colonialismo Português com a Guiné Portuguesa, atual Guiné-Bissau, o primeiro nome foi dado no período da dominação por Portugal a este país africano no século XV que percorreu até o início do século XX. MONTEIRO (2013), a invasão dos Portugueses no interior da Guiné-Bissau foi momento marcante na história do país, os primeiros momentos depois da penetração dos portugueses no solo guineense eram de trocas comerciais entre as duas partes e no decorrer do tempo às intenções dos portugueses foram outras, ocupação, exploração e extensão de

territórios (colônias) além de roubos dos recursos que a Guiné-Bissau tinha.

### **3.1.1 A ocupação do colonialismo português na Guiné Portuguesa e a resistência dos grupos étnicos perante a presença colonial.**

Esta seção aborda o encontro do povo da Guiné-Bissau com os portugueses, ou seja, a chegada dos portugueses na Guiné-Bissau. A chegada dos portugueses no território da Guiné-Bissau para a ocupação e dominação do povo data-se os anos de 1446 que correspondem aos séculos XV, desde então, a população indígena da Guiné-Bissau nunca sentiu satisfeito com o acontecimento e houve reação através de protestos dos grupos étnicos contra a ocupação dos portugueses, no entanto, esses grupos étnicos procuraram medidas que possam combater e pôr fim a ocupação das autoridades colonial portuguesa que tem a pretensão de controlar a terra que não lhe pertence.

O Nuno Tristão, o navegador Português no século XV tinha a missão dada pelo Infante D. Henrique de explorar a zona da costa africana, infelizmente não resistiu e morreu nos rios da Guiné-Bissau (TEIXEIRA, 2015, P.137). Com relação à chegada dos navegadores portugueses a Guiné-Bissau, o Daniel Júlio Lopes Soares Cassama (2014) disse tem-se como registro o ano de 1446, sob a expedição dirigida por navegador, Nuno Tristão e, mais tarde, tendo a sua continuidade através do navegador, Diogo Gomes. Este último, em dez anos, seguiu em frente explorando o rio grande de Geba; e, para demarcar a zona por onde ele havia passado, colocou uma estátua para demonstrar sua passagem como o primeiro navegador a chegar à Guiné-Bissau (CASSAMA, 2014, p. 19). De acordo com Ricardino (2015) os boletins oficiais da historiografia do poder colonial dos anos de 1879 a princípios de 1974, informam que, as resistências locais, isto é, na Guiné-Bissau foi possível por motivo da falta da autoridade colonial e do processo de evangelização dos indígenas, ou seja, os nativos da terra justifica isso, por outro lado, devido às condições climáticas, médico e alimentação que não favoreceu e permitiu o aumento das rebeliões dos indígenas contra a invasão no país, e, o ato não teve sucesso por ausência de grandes números dos administradores portugueses.

Após a chegada dos portugueses na Guiné-Bissau, às ações de ocupação

e exploração se intensificavam e os grupos étnicos resistiam contra a presença portuguesa. Nos anos de 1588, é construído pela primeira vez no solo guineense, concretamente na província norte do país em Cacheu, entreposto português do tráfico de negreiro que tem como objetivo, instituir unidade comercial no ato de ocupação do território (TEIXERIA, 2015, P. 139). No entanto, Cacheu tinha uma estrutura estratégica devido a sua situação geográfica, que permite a comercialização dos escravizados. O sistema administrativo desta cidade estava controlado pelo regime colonial portuguesa que comercializavam os escravizados da Guiné para Cabo Verde, Europa e posteriormente para América.

A presença dos portugueses na Guiné-Bissau visava explorar os recursos, expandir as colônias e, por último, a comercialização das pessoas escravizadas para poder manter as economias de Portugal. Apesar da resistência dos grupos étnicos contra ocupação portuguesa, infelizmente, no decorrer do tempo não surgiu resultado satisfatório, o fracasso da resistência tem a ver com a dificuldade em relação aos armamentos, porque os portugueses usavam armamentos pesadas e destruíram o Povoamento das populações originários da Guiné-Bissau. Em 1651, foi divulgada uma lei do rei que autorizavam o comércio nas ilhas de Cabo Verde e na Guiné-Bissau. Essa lei permitiu acesso de navios que vieram das Índias Ocidentais, Buenos Aires e Rio da Prata- Uruguai, com exceto de alguns países da Europa nomeadamente, Inglaterra, Holanda e França que traziam seus produtos em jeito de troca com os escravos.

Candé Monteiro (2013), afirma que, com a chegada dos portugueses na costa Ocidental da África, o processo de tráfico de escravos veio aumentar as rivalidades entre os regulados ou chefes que estavam envolvidos nos negócios de vendas de suas gentes devidos interesses pessoais, os próprios africanos contribuíram de forma indireta na rede internacional para economia dos países da Europa no período da expansão comercial desencadeados pelos colonialistas. No processo de tráfico de escravos, havia interesses obscuros de certos regulados/chefes de aldeias que negociavam com as autoridades coloniais para seus benefícios, às vezes, as pessoas eram vendidas sem saber o destino certo, mas, são obrigados a cumprir com as obrigações dos chefes. Faz saber que, a colonização efetiva da Guiné-Bissau por Portugal, só é consumada nos finais dos séculos XIX, justamente depois da conferência de Berlim, onde as propostas de Portugal foram debatidas com outras potencias europeias que pretendiam

aumentar as suas colônias na África Ocidental, como o caso da França e Alemanha que precisavam de colônias (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 93). Com a divisão do continente africano, Portugal passou a ter autonomia e dominação total dos povos da Guiné-Bissau, assim, o sonho de colonizar essa região foi concretizado.

Desde a chegada dos Portugueses na Guiné-Bissau encontraram grupos étnicos com cultura diferentes, costumes e formas de convivências. Essas etnias foram obrigadas a mudar de padrões de vida e das convivências para dos colonizadores que achavam do nativo guineense inválida. Para que esses grupos étnicos possam ser aceitos pelo colonizador português, deveriam saber ler e escrever o português bem, ou seja, assimilar aquilo que são dos portugueses para poder ganhar reconhecimento social, por outro lado, os povos da Guiné-Bissau são obrigados a pagar impostos ao colonizador português, o não cumprimento dessas medidas por parte dos guineenses levou a polícia portuguesa a executar ações de opressões contra os cidadãos. Contrariamente ao que acontecem com os guineenses, os Cabo-Verdianos não pagavam os impostos aos portugueses, porque as maiorias dos Cabo-Verdianos ocupavam sistema administrativo colonial na Guiné-Bissau. A Artemisa Odila Candé Monteiro (2013), no seu trabalho, entende que, as relações iniciais entre os portugueses e os guineenses foram de trocas comerciais com os chefes de tabancas (aldeias), mas no decorrer da ocupação portuguesa, precisamente quando tiveram a dominação do país começaram a praticar ações violentas e abusivas para com os guineenses, o que criou resistência por parte da Guiné, (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 101) disse,

Durante esse período de aproximadamente cinco séculos (1446 a 1974), os habitantes da Guiné-Bissau travaram sangrentas lutas de resistências contra os colonialistas portugueses, que oscilavam entre as questões inerentes à submissão ao pagamento de impostos, ao cultivo forçado de produtos de exportação, trabalho forçado, serviço militar, obediência às autoridades portuguesas, etc. Não obstante, os processos de resistência foram relativamente dispersos, moldados pelas reações individuais, isoladas e fragmentadas de todos os grupos étnicos, que gravitavam entre a revolta aberta e a resistência passiva.

O confronto direto entre as duas partes é consequência do longo percurso de maus tratos que os guineenses recebiam dos portugueses, por exemplo, pagamentos dos impostos arbitrários, explorações, trabalhos forçados, dentre outros tratos que os guineenses são obrigados a submeterem vários anos na época da ocupação portuguesa. Os portugueses continuaram a estender a dominação com intuito de controlar o território e dominar a população. Até o

período de 1913, pode-se perceber que, a maioria das áreas da Guiné-Bissau ainda estava fora de controle dos portugueses, por exemplo, o Oio onde convivem os grupos étnicos de nome Balantas, dos papeis de Bissau, dos Manjacos, dos Bijagós e demais regiões, essas terras só foram submetidas por poder colonial português através das políticas da “campanha de pacificação” que decorreu entre o ano de 1913 para 1915 dirigido pelo chefe do Estado-Maior da colônia, o Capitão Teixeira Pinto (TÉ, 2016, p. 29) Na campanha de pacificação, o Capitão Teixeira usava alguns homens das etnias locais, a maioria deles dominados pelo poder colonial, o caso de Fulas e Mandingas que serviam de auxílios para captura das pessoas de outros grupos étnicos que continuaram a revoltar ou resistir.

Durante ação violenta contra os cidadãos, depois de controle de certas áreas, Teixeira Pinto, exigiu de tropas guineenses aliados na campanha de pacificação o retorno de todas as pessoas que fugiram recuperações dos materiais de guerras usadas pelas mesmas pessoas, pagamentos de impostos pela guerra que o fizeram contra o poder colonial e as obediências destes homens ao regime (TÉ, 2016). A revolta continuou, a dominação de Portugal estava cada vez mais perto. Devido constante pressão que a parte guineense recebia e, perdendo espaços por causa da dominação, algumas etnias começaram a imigrar para outras terras, a fim de continuar atividade de cultivo de cereais que eram comprados pelo regime colonial portuguesa na altura.

Em 1915, a campanha de pacificação chegou à ilha de Bissau, onde habitavam os papeis, os mesmos recusavam o pagamento de imposto, continuando com a luta, mas por último eles foram derrotados e a ocupação foi definitiva e a permanência dos portugueses foi clara e a etnia papeis começaram a pagar os impostos cobrados de forma arbitrária (MONTEIRO, 2013, p. 105). O mesmo aconteceu com a etnia Balantas e Manjacos que recusavam de pagar impostos e fizeram revoltas contra as medidas impostas e, no ato da revolta mataram os portugueses e aliados guineenses que são usados para capturar os seus irmãos da terra. Danúbia Mendes Abadia (2018) criticou a posição da Igreja Católica, ao dizer que, jogou um papel que ajuda de forma indireta esses países colonizadores nas ações violentas dirigidas contra os povos africanos e sucessivos impostos que os próprios países eram obrigados a pagar de forma arbitrária. Entretanto, Portugal aproveitou dos recursos das suas colônias para manter a vida, ou seja, os portugueses são dependentes dos recursos das

colônias africanas, porque foi um país economicamente fraco em comparação com os outros europeus. Artemisa Odila Candé Monteiro (2013) ajudou-nos para entender a evolução deste processo sanguíneo dirigido pelo Capitão Teixeira Pinto. Monteiro (2013, p.107) disse que, as razões das resistências pelos grupos étnicos são,

Em linhas gerais, o que impulsionou tais resistências foi à destituição do poder aos africanos, os abusos excessivos e a imposição cultural, como também a falta da liberdade, a soberania e a independência. Importante ressaltar que a pressão e a dominação colonial não cessaram com o término das campanhas de “pacificação”, muito pelo contrário, ganharam um contorno político e ideológico com os movimentos nacionalistas para a reivindicação das independências.

Portanto, as reivindicações dos grupos étnicos foram consequências imediatas das ações opressoras coloniais, e as revoltas têm por objetivos lutar a favor da liberdade e contra os sucessivos atos de opressões sofridos desde a chegada dos portugueses na Guiné-Bissau, ocupando as terras. Para pôr fim aos acontecimentos, começaram a surgir movimentos de reivindicações em 1910, mas foram acusadas de favorecer autoridade portuguesa, mais tarde veio a surgir outros movimentos de reivindicações que protestavam a situação no país. Portanto, o ano de 1950, era marcado por movimentos nacionalistas que reivindicavam da independência nacional com o destaque ao PAIGC, que identificou, mas com a questão da liberdade dos filhos da Guiné e Cabo Verde. Em seguida falaremos da fundação do partido africano da independência da Guiné e Cabo Verde liderado por Amílcar Lopes Cabral.

### **3.1.1.1 O PAIGC e a Guerra de Independência**

Nesta seção falarei da fundação de um dos partidos políticos da Guiné-Bissau, PAIGC, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde e também analiso sobre a guerra da independência da Guiné-Bissau. Depois do fracasso das reivindicações dos grupos étnicos fase a ocupação colonial no continente Africano, surgiram movimentos nacionais que protestam as situações, mas de forma embrionário e clandestino. Na Guiné-Bissau emergiu a liga guineense, um movimento nacional que no decorrer do tempo teve pouco sucesso por ser movimento que está afim dos interesses de certas elites guineenses assimilados, as pautas de reivindicações não corresponderam com as expetativas da maioria da população guineense.

Nos escritos do partido PAIGC, mostra claro que, entre os movimentos nacionalistas africanas que lutaram para as independências, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde - PAIGC, tinha perfil diferencial com os outros movimentos que existiam na época, porque é um partido político criado em 19 de setembro de 1956, para cuidar dos interesses dos dois povos e territórios diferentes, geograficamente longe uns dos outros, contrariamente de outros movimentos nacionalistas que as suas agendas políticas eram meramente interna (PAIGC, 1974). O exemplo disso, é de Movimento Popular de Libertação de Angola - MPLA e Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO, são movimentos nacionalistas africanas, sobretudo dos países colonizado por Portugal, no qual, as agendas das suas lutas eram mais internas do que aconteceu com o PAIGC. A característica do próprio partido já demonstrava os motivos da diferenciação das suas políticas e ações em relação aos demais no período de 1950, que foram considerados como marco histórico das conquistas das independências dos países africanos. Desta forma, pode perceber o seguinte (PAIGC, 1974, P. 140),

Com a criação do PAIGC, aparece pela primeira vez na história do povo da Guiné e Cabo Verde, uma organização de luta que se propõe não só unir por outro lado do da Guiné e por outro lado o de Cabo Verde contra o inimigo colonialista, mas ainda unir, sob uma única direção os dois povos em estreita e íntima ligação, como um só corpo e uma só alma.

Além dessa característica histórica, o partido fixa as normas que vão de acordo com a necessidade da realidade dos dois países acima mencionado. Podemos definir esta instituição política de um partido democrático, progressista, anticolonialista e anti-imperialista e ainda faz sentido salientar que, o partido alinha-se e desenvolvem todas as suas ações sob orientação democrática, e usa a visão revolucionária nas suas atividades e tendo como métodos de trabalhos políticos, críticos e autocrítica das ideias construtivas (PAIGC, 1974). O partido tem contribuído para apoio de outros movimentos nacionalistas para a concretização das independências, por exemplo, da MPLA e FRELIMO através da participação do primeiro secretariado geral do partido, camarada e engenheiro, Amílcar Lopes Cabral, e a Guiné-Bissau recebeu também apoios desses países antes ser independente de Portugal. O Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC, exerce a política estreita de relações internacionais e tinha um secretariado geral no país vizinho e irmão, Guiné Conakry e um bureau político no Senegal, concretamente na capital Dakar e têm numerosas



representações diplomáticas nos países africanos e europeus e Cabral foi uma figura chave em relação à diplomacia da Guiné-Bissau com os países parceiros antes da independência (PAIGC, 1974). Outro fator essencial para destacar com relação ao partido é que segundo as informações deste maior partido político da Guiné-Bissau, PAIGC (1974, P. 144-145),

O pensamento político do P.A.I.G.C tem uma latitude universal. O P.A.I.G.C. não luta isolado. Na sua luta contra o colonialismo português conta com vários aliados. Segundo o partido, em África, aliado concreto e imediato é todo aquele que é abertamente contra o colonialismo português não apenas em palavras, mas com actos e que ajuda efetivamente a luta do partido à cabeça do povo da GUINÉ E Cabo Verde, contra o colonialismo português. É por isso que o P.A.I.G.C. sempre levantava bem alto o nome da República da Guiné, como seu primeiro aliado, como a gente que mais ajuda, e também o do Senegal, pela ajuda que presta à luta. Em relação à República da Guiné, o P, A.I.G.C. levanta bem alto, em particular, o nome de P.D.G. (Partido Democrático da Guiné) e do seu leader, o presidente Ahmed SékouTouré, grande patriota africano, exemplo digno de combatente pela emancipação da África.

A década de 1950 foi importante para despertar da consciência dos movimentos nacionalistas que protestam as independências em África, com destaque para Casa dos Estudantes do Império- CEI, em Lisboa, onde os alunos deste centro de formação são provenientes dos países africanos colonizados pelo Portugal. Nos seus encontros, as obras e ideologias dos pan-africanistas, anticolonialistas Leopold Senghor e Cheikh Anta Diop contribuíram no debate e no sentido da defesa sobre as causas nacionais. Depois da formação, a maior parte deles voltaram para seus países de origem, carregada de novas experiências e novos aprendizados adquiridos no exterior. No caso de Amílcar Cabral, o seu regresso lhe permitiu articular melhor maneira com a finalidade de combater o colonialismo, Franco (2009), ressalta essa questão:

Ao regressar em 1952 para a Guiné como engenheiro agrônomo da Estação agrícola de Pessubé da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais, foi encarregado de planejar e dirigir o Recenseamento Agrícola de 1953. O técnico, nos moldes do que aprendera no Instituto superior de Agronomia (ISA), como trabalho científico, coletou dados quantitativos para o recenseamento e efetuou uma cuidadosa coleta de dados qualitativos sobre a composição da população indígena e de suas características culturais isto lhe permitiu pensar, com mais eficácia, uma estratégia política para mobilizar a população e dar combate ao sistema colonial (FRANCO, 2009. P. 68). Trabalhando na Guiné-Bissau, Amílcar Cabral teve oportunidade de conhecer de perto a realidade do país e, criar as possíveis estratégias de mobilizar a população para combater o

regime português. Nesta época, houve a proliferação dos movimentos com intenção de lutar pela independência, a liberdade política, econômica e cultural. É interessante ressaltar que, tanto os grupos étnicos como os movimentos nacionais que surgiram na década 1950, têm os mesmos objetivos que é ver os países africanos livres das situações de explorações, inclusive na Guiné-Bissau, pode perceber isso entre os diversos movimentos para a libertação do país. Essa união é fator importante que o Amílcar enquanto líder do PAIGC aproveitou para concretizar a sua ideia após o regresso de estudo. A bagagem de conhecimento de Amílcar Cabral adquiridos em Portugal faz dele um homem mais culto, sobretudo, capaz de refletir sobre a condição que o país encontrava. Com isso, ele foi capaz de agrupar movimentos e criar clubes desportivos e outras modalidades com a finalidade de mobilizar a sociedade para um objetivo comum:

Neste aspecto, Cabral trouxe não apenas a sua experiência como agrônomo, mas também a formação política adquirida na Casa de Estudantes de Império (CEI) em Lisboa, da qual fazia parte com outros estudantes e intelectuais africanos, com as ideias mais elaboradas e uma estrutura política e organizacional bem mais definida. Estes aspectos foram imprescindíveis na criação do clube desportivo de cunho nacionalista, que mais tarde veio a se transformar num movimento de libertação nacional, atribuindo ao PAIGC o papel de conduzir a luta de libertação nacional (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p. 117).

Começaram a surgir movimentos nas colônias portuguesas, caso da Guiné-Bissau, Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde - MLGC, a União dos Povos da Guiné - UPG, a Reunião Democrática Africana da Guiné - RDAG, da União dos Naturais da Guiné Portuguesa - UNGP, a União da População Libertada da Guiné - UPLG, o Movimento da Libertação da Guiné - MLG, o Movimento para a independência da Guiné - MING e, por último, o Partido Africano da Independência PAI, este último que veio a ser transformada em PAIGC, sob a proposta inicial do Amílcar Lopes Cabral, com a sua criação em 1956 e, estes são outros membros fundadores deste partido: Luís Cabral, Aristides Pereira, Elisée Turpin, Abílio Duarte, Júlio de Almeida e Fernando Fortes (CANDÉ MONTEIRO, 2013). No entanto, os primeiros movimentos de libertações da Guiné-Bissau antiga Guiné Portuguesa eram chefiados por um membro de grupos étnicos onde concentra essas etnias, ao contrário do PAI, principalmente do PAIGC que não têm essas características.

Há divergência de opinião entre 1956 e 1959, sobre a data da criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde, o movimento responsável pela libertação dos filhos da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Mas nos

documentos oficiais do partido considera o ano de 1956. Abadia (2018) entende que, 1956, seria a primeira intenção de Amílcar em criar um movimento nacional que vai unir os povos da Guiné e Cabo Verde para a luta de libertação, esse desejo foi concretizado, mas tarde em 1959, mas a data anterior da primeira intenção de Cabral foi colocada como oficial. Abadia (2018, p. 174), acrescenta,

A fundação do PAIGC acarreta, pois, mais um dissenso na história da luta de libertação da Guiné e de Cabo-Verde: em uma de suas visitas à Guiné, em 19 de setembro de 1956, Amílcar Cabral e seus companheiros fundam em Bissau o PAIGC (Partido Africano da Independência de Guiné-Bissau e Cabo-Verde). Essa é a versão oficial do partido e de grande parte da literatura que se dedicou à libertação da Guiné e de Cabo-Verde.

A partir da fundação do PAIGC, esta instituição encarregou-se de todas as atividades preparativas para combater o regime colonial português na Guiné-Bissau e Cabo Verde, liderada por Amílcar Cabral. Também o partido teve a função de negociar com a autoridade portuguesa nos primeiros anos antes do incidente de 1959, que ocorreu no porto de Bissau, que muitos consideram como um dos atos que impulsionaram o início da luta armada em 1963, liderada pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Silva (2006), disse que, em 19 de setembro de 1956 numa reunião onde esteve Cabral e seus companheiros, ele propôs a criação de um partido político com a sigla de PAI, no princípio era Partido Africano da Independência. Nesta reunião havia poucos participantes e a maioria são Cabo-verdianas e não existem documentos comprovativos da criação desta instituição, segundo Elisée Turpin, afirma que, foi aprovado o estatuto de PAI, proposta elaborado por Amílcar na reunião, mas o testemunho de Turpin era um dos seis fundadores do partido, e estava posto em causa. O tema da reunião, as questões abordadas e decididas foram da responsabilidade de Cabral. Portanto, entende-se António E. Duarte Silva (2006, p.36),

Mas a fundação do PAIGC (sigla adoptada a partir de outubro de 1960) tem de ser vista como um processo amplo e com antecedentes, onde intervieram variadas personalidades, e que só se concluirá pela afirmação pública e organizacional do PAI/PAIGC no decurso de 1960. Esta reunião de 19 de setembro de 1956 e a intervenção de Amílcar Cabral terão sido — como decorre dos testemunhos coetâneos, incluindo os do próprio — apenas o momento do lançamento do PAIGC como ideia e organização nacionalista e, portanto, o seu essencial «momento constituinte».

Ficou memorizada nesta data, a criação do maior partido político que conduziu a

luta armada para a independência dos dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde. A resolução tomada nesta reunião, segundo Silva (2006), foi: A) Favorecer a criação e consolidação de organizações patrióticas; b) criar, de imediato, na Europa, o movimento de libertação nacional das colônias portuguesas, com o objetivo de contribuir para a liquidação do colonialismo português; c)- tentar participar (o que, note-se, não foi conseguido) na Conferência Afro- Asiática do Cairo, em Dezembro de 1957; d)- designar um Comité provisório de direção colectiva, ao qual incumbia «começar imediatamente a execução das tarefas inerentes às soluções da presente Declaração». SILVA (2006), disse que, um dos resultados relevante nessa reunião é a criação e lançamento do movimento Anti-colonialista para a Libertação das Colónias Portuguesas mais conhecido por Movimento Anti-colonialista (MAC). A criação deste movimento foi impulsionada por Viriato da Cruz quando passou na residência de Amílcar Cabral com objetivo de passar para Paris.

De acordo com Paulo Fernando Campbell Franco (2018), os anos de 1954 e 1962 são determinantes no processo de mobilização e essas ações de mobilizações têm dois focos principais: aproximar e unir os movimentos nacionalistas destes dois países africanos, Guiné-Bissau e Cabo Verde, no sentido de prosseguir com objetivo e planos do partido. Em 1954, marca uma política de impedimento que o regime português fazia para que não houvesse as criações de clubes desportivas e centros culturais em Bissau. Já o ano de 1962, disse o autor, “a segunda baliza, 1962, foi marcada pela reafirmação da linha de ação do PAIGC, fechando as portas para qualquer tipo de compromisso que não estivesse em sintonia com os seus princípios. Essa fase apresenta marco fundamental, o massacre do Pindjiguiti, em 1959” (FRANCO, 2018, p. 100).

No entanto, PAIGC foi um dos movimentos de libertação que conduziu de forma objetiva toda a mobilização que culminou na independência do país em 24 de setembro de 1973, e foi único e primeiro partido nas ex-colônias portuguesas que conquistou a sua independência de forma unilateral através das ações de luta armada. Entretanto, o acontecimento de 03 de agosto de 1959, foi crucial na tomada de decisão pelo partido e por Cabral para pôr fim à situação desumana que ocorreu no país há vários anos, cometidos pelos portugueses desde a chegada ao país.

No período que avizinhava para a luta, os líderes do partido fizeram

testemunhar à comunidade internacional da existência do Partido PAIGC, no entanto, Amílcar Cabral faz presente e apresentou na comissão especial da ONU para os territórios administrados pelo Portugal, o organismo apresenta relatório que analisa o colonialismo português na Guiné-Bissau e Cabo Verde e, Cabral apresentou a ONU o estado da situação que encontra o país devido ao medo que o poder colonial instalou no país (FRANCO, 2018, p. 108). O partido também apresentou para as outras organizações internacionais, como a União Africana e demais organizações da sub-região de encarregar das políticas dos dois países e foi reconhecido por vários países parceiro internacional. O seu reconhecimento e apresentação do desenrolar da situação colonial no país permitiram-lhe beneficiar de apoios para preparar a luta de guerrilha na mata da Guiné-Bissau.

É importante salientar que, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC é um movimento pela libertação das colônias dominadas por Portugal que desempenhou um papel histórico e importantíssimo para a descolonização da Guiné e de Cabo Verde e, contribuí ainda para a descolonização de países membros do continente Africano nas suas independências, com destaque, a Angola, Moçambique, São Tome e Príncipe e Timor leste. O PAIGC foi primeiro partido africano e, sobretudo da colônia portuguesa a conquistar a sua independência unilateralmente através da luta armada contra os portugueses na Guiné-Bissau (WOOLLACOTT, 1983). O resultado deste sucesso do partido PAIGC em relação a sua conquista da independência em comparação com outros movimentos de libertações das ex-colônias de Portugal justifica-se pela capacidade da organização política desta instituição e a forma inteligente de conduzir a sua diplomacia e com grande mérito da liderança do seu primeiro secretário, Amílcar Cabral, por ter dirigida uma luta de guerrilha que duraram onze anos entre as tropas de PAIGC e portuguesas. John Woollacott descreveu que, os fatores históricos e geográficos também foram aspectos determinantes e que favoreceram o processo de luta de libertação. Diferentemente de como aconteceu em Angola ou Moçambique, os Portugueses tinham dificuldades quanto à acessibilidade no interior da Guiné-Bissau e as condições físicas e climáticas também contribuíram no impedimento de avanço dos portugueses na Guiné. Com a sua fundação, o partido tem como objetivo principal, primeiro, segundo Cabral, chamou de programa mínimo, libertar os dois povos, da Guiné-Bissau e Cabo Verde do regime colonial português e segundo

aspecto que chamou de programa maior, desenvolver os dois países após as independências, que para ele, é tarefa difícil que exigem homens preparados e capazes para levar os países ao desenvolvimento.

É importante salientar que, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde- PAIGC é um movimento pela libertação das colônias dominadas por Portugal que desempenhou um papel histórico e importantíssimo para a descolonização da Guiné e de Cabo Verde e, contribuí ainda para a descolonização de países membros do continente Africano nas suas independências, com destaque, a Angola, Moçambique, São Tome e Príncipe e Timor leste. O resultado deste sucesso do partido PAIGC em relação a sua conquista da independência em comparação com outros movimentos de libertações das ex-colônias de Portugal justifica-se pela capacidade da organização política desta instituição e a forma inteligente de conduzir a sua diplomacia e com grande mérito da liderança do seu primeiro secretário, Amílcar Cabral, por ter dirigido uma luta de guerrilha que duraram onze anos entre as tropas de PAIGC e portuguesas. John Woollacott descreveu que, os fatores históricos e geográficos também foram aspectos determinantes e que favoreceram o processo de luta de libertação diferentemente de como aconteceu em Angola ou Moçambique, os Portugueses tinham dificuldades quanto à acessibilidade no interior da Guiné-Bissau e as condições físicas e climáticas também contribuíram no impedimento de avanço dos portugueses na Guiné.

Depois de penetração dos portugueses no solo guineense, as reivindicações em relação à presença dos colonizadores, as criações de movimentos que contestam a liberdade do continente Africano, a criação dos movimentos nacionais para pôr fim à dominação do poder colonial, especificamente no caso da Guiné-Bissau e Cabo-Verde tiveram grande sucesso. Para já, falaremos de uns atos mais decisivos que a maioria desses movimentos nacionalistas já enfrentou que é a guerra da independência, falo, entretanto, do caso da república da Guiné-Bissau. A guerra da independência na Guiné-Bissau foi um dos atos mais decisivos e importantes para a consolidação da liberdade de expressão, dos direitos dos povos desse território e a própria autonomia total que os guineenses almejavam. Todo o processo de libertação da Guiné-Bissau teve consequências imediatas ignorância do regime colonial portuguesa contra a população da Guiné-Bissau e Cabo-Verde na altura.

Diante das situações de abusos de forças e violências perpetradas pelos portugueses para com o povo da Guiné-Bissau, as autoridades guineenses, sobretudo através do seu mentor principal, Amílcar Lopes Cabral, buscaram meios e negociou com o regime portuguesa no sentido de possível saída da situação que decorriam anos no país, mas a autoridade portuguesa nunca deu ouvidos e nem queriam negociar uma independência pacífica com o povo guineense e, continuou as suas dominações e explorações. Foi através dessa ignorância, abusos de poder e explorações que levou a parte da Guiné-Bissau juntamente com Cabo-Verde a pensar a possibilidade de uma guerra por via de luta armada nas matas da Guiné-Bissau, que teve o seu início em 23 de janeiro de 1963. A luta armada pela independência da Guiné-Bissau têm participações de várias personalidades, que na maioria delas faziam de forma voluntária por acharem que as ações desencadeadas pelo regime português contra a população eram desumanas. Muitos deram seus contributos para a independência ou para que haja a liberdade de todos os cidadãos, mas é pertinente destacar o papel de Amílcar Lopes Cabral e de seus colegas do partido PAIGC, que levaram o país a independência. Como foi dito a boca do povo, na Guiné-Bissau as ações se deram por vias de negociações e, mais tarde, não surgiu efeito positivo e levou a mudança do plano por via de uso de armas pelos militares do PAIGC, o que se deve à falta de interesse por parte das autoridades coloniais portuguesas para negociar a libertação, ou seja, a independência do país.

Com isso, trazemos as trajetórias que marcaram a luta armada que se inicia com Amílcar Lopes Cabral procurando, a nível internacional, apoio contra a dominação portuguesa, tendo em vista os momentos de violência na Guiné-Bissau, principalmente a morte dos estivadores no porto de Pindjiguiti. Com relação ao mesmo assunto, Candé Monteiro (2013, p.157) afirma que:

Interessa, por outro lado, (...) analisar a internacionalização da luta armada, tendo como representante Amílcar Cabral, sob o pseudônimo de Abel Djassi, que advoga os interesses dos dois países. É nesse ensejo que os nacionalistas bissau-guineenses e cabo-verdianos dão conta da necessidade de intensificação da descolonização por via armada. O Estado de violência a que Mário de Andrade se refere na citação que abre esse capítulo se relaciona com o contexto de vários massacres citados anteriormente, que antecederam a via armada nas colônias portuguesas. O Massacre de Pindjiguiti em Bissau não foge à regra. Considerando como símbolo de libertação do povo da Guiné-Bissau, forjou a consciência nacional dos bissau-guineenses, embora numa fase incipiente, convocando a unidade com os cabo-verdianos para viabilização da luta conjunta de libertação nacional contra a opressão

colonial.

Essas e outras causas impulsionaram, rapidamente, a decisão de Amílcar Lopes Cabral a levar o partido a pegar em armas, que teve o seu início no dia 23 de janeiro de 1963, no sul da Guiné-Bissau. Ainda, a referida autora ressalta a importância do espírito de união entre os dois principais movimentos partidários existentes naquele momento na Guiné-Bissau, o PAI (Partido Africano da Independência) e o MLG (Movimento de Libertação da Guiné), os quais, diante do massacre de Pindjiguiti, se viram obrigados a aderir à luta armada. Assim, submetendo-se a orientação e liderança de Amílcar Lopes Cabral para representar o povo guineense, como também o povo cabo-verdiano, no processo de luta e unificação dos dois países em aspectos sócio-políticos e de interesses nacionais (MONTEIRO, 2013). Como destaca essa autora, a luta vai ao centro sul de Guiné-Bissau a partir de quartel de Tite, e mais tarde, prolongou-se em diferentes partes das regiões do país, contando com diferentes apoios de países da sub-região, bem como de países internacionais que contribuíram para o programa protagonizado pelo PAIGC. Mesmo com isso, apontam-se muitas dificuldades nos primeiros momentos da luta armada para a independência, mas a tão sonhada libertação da Guiné-Bissau foi concretizada no dia 24 de setembro de 1973, em Madina de Boé, na província leste do país, como pode verificar nas palavras da autora, Candé Monteiro (2013, p. 168-199):

Some-se outro fator levantado sobre a programação do Estado nacional como forma de honrar o desejo de Amílcar Cabral, que na verdade já tinha sido “ anunciado por Amílcar Cabral na sua mensagem do final do ano “ de 1972-1973, segundo afirma Luís Cabral. Assim, em 24 de setembro de 1973, foi programada a independência unilateral pelo PAIGC. Este ato assinava assim o nascimento do novo Estado soberano e independente, representado pelos delegados do partido. Nesse ensejo, Luís Cabral foi nomeado presidente do conselho do Estado, cargo compatível a presidência do Estado. Só em 25 de abril de 1974, Portugal viria a reconhecer a independência e a programação do novo Estado quando a derrota do fascismo.

Ressalta que, no momento da independência da Guiné-Bissau, o líder da luta armada, Amílcar Lopes Cabral, já havia sido assassinado no dia 20 de janeiro de 1973, porém, mesmo com acontecido, oito meses depois, os combatentes do PAIGC finalizaram o processo de luta armada contra o jugo colonial Portugal. Observa-se, como escreve Candé Monteiro (2013, p. 199), que o reconhecimento da independência da Guiné-Bissau, por parte de Portugal, só ocorreu oficialmente em 1974, depois da queda do regime fascista em Portugal, no dia 25 de abril de 1974. Fica claro, portanto, que o processo histórico da luta armada para a



independência da Guiné-Bissau foi fruto das forças dos combatentes do PAIGC com a colaboração de uma consciência nacional em torno do processo de libertação do colonialismo Português em África. É de salientar que, o processo de luta armada para a independência da Guiné-Bissau tem a duração de 11 anos, contrariamente o que acontece em outros países com a mesma situação de dominação pelos colonialistas, da parte da Guiné-Bissau, isto se deve a desempenho dos militantes do PAIGC e a especial participação das massas populares guineenses, por quase toda a parte do território nacional, aderiram à guerra impulsionaram assim, rápida vitória contra o regime colonial português, resultando na proclamação da independência do país em 24 de setembro de 1973, proclamada unilateralmente nas matas de Madina de Boé, pelo militar e dirigente do PAIGC, General, João Bernardo Vieira (Nino).

A rápida vitória dos militares do partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde- PAIGC, contra as tropas portuguesas, têm influências indiretas com relações às questões climáticas e o desconhecimento dos treinos por parte portuguesa, o que contribuiu rapidamente para o fracasso e consequentemente na perda de combates nas linhas de frentes de luta nas matas do país, ainda que, as estratégias de guerrilhas usadas pelos militares do PAIGC, das massas populares guineenses, dificultaram o avanço da parte portuguesa porque eram métodos de guerra que os portugueses desconheciam.

Assim, pode-se compreender que, a decisão tomada por tropas do PAIGC, liderada por engenheiro Amílcar Lopes Cabral, para iniciar a guerrilha nas matas na Guiné-Bissau, é sem dúvida a consequência de sucessivas ações desumanas que o regime português fez para com o povo da Guiné-Bissau e Cabo- Verde, com destaque na campanha de pacificação contra os grupos étnicos que formam a sociedade guineense, e a segunda ação que é tido como o mais revoltante, como mencionou a maioria dos autores nos seus trabalhos, é o caso do massacre de pindjiguiti que resultou em grandes perdas de vidas das pessoas e vários feridos, por estar a reivindicar as melhores condições de trabalho e dos seus salários aos chefes de porto, ato que acabou por registrar mortes nesse dia. Com o massacre de Pindjiguiti, o PAIGC alterou a sua estratégia de negociação de independência e intensificaram ações de luta armada imediatamente, que começou no quartel de Tite ao dia 23 de janeiro de 1963 e a guerra só terminou em 1973 com a proclamação da independência unilateralmente em madina de

Boé pelos militares do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde-PAIGC. São onze anos de um dos processos mais histórico já visto no mundo, onze anos de muita luta, sacrifícios, de perdas de vidas entre as duas partes, da Guiné-Bissau e de Portugal. E por fim, a vitória foi dos militares do PAIGC, a república da Guiné-Bissau passou a ser primeiro e único país colonizado pelos portugueses a tornar independente unilateralmente através de uma luta armada desencadeada e liderada por Amílcar Lopes Cabral, no solo guineense.

### **3.1.1.1.1 Biografia sociológica de Amílcar Cabral**

Amílcar Lopes Cabral nasceu na cidade de Bafatá, Guiné-Bissau, aos 12 de setembro de 1924, foi o principal mentor do processo da libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde, é filho de Juvenal Antônio Lopes da Costa Cabral e da mãe, Iva Pinhel Évora (ABADIA, 2018). A relação dos pais de Amílcar Cabral começou quando os dois encontraram em Guiné-Bissau nos anos de 1922, a Iva era mãe solteira e tinha na mão um filho de outro relacionamento. Os pais de Amílcar Cabral são originários de Cabo Verde que vieram para a Guiné-Bissau devido à dificuldade econômica, motivado especialmente pela seca que levou a constante fome que acabaram por afetar as ilhas de Cabo Verde na altura. O pai de Cabral faz parte de elites Cabo-verdiana que trabalhava com o regime colonizador português, mesmo ocupando essa função, sempre criticava o regime alegando de responsáveis pelas crises que estavam nas ilhas de Cabo Verde.

De referir que, o Juvenal Cabral criticava o sistema colonizador através de textos escritos e enviados para autoridade portuguesa, artigos e cartas entre outros meios de comunicações que façam as informações chegar de forma mais rápida. Ao contrário da sua esposa que não teve oportunidade de estudar igual outras crianças, só tinha instrução primária, a mãe de Amílcar Cabral nasceu em Praia, atual capital de Cabo-Verde, filhos de pais agricultores e, segundo os dados dos historiadores e cientistas acadêmicos afirmam que, há poucos registros relacionados a vida de Iva Pinhel. A mãe de Cabral foi quem desempenhou papel importante na educação do filho (ABADIA, 2018). O processo educativo que os pais deram ao filho tem influenciado de forma positiva na formação de Amílcar Lopes Cabral porque isso resultou na rápida aprendizagem do processo de alfabetização diferentemente das outras crianças da sua geração, Cabral

aprendeu de forma rápida e a cada dia que passa melhorava ainda.

De Guiné-Bissau aos poucos anos de idade, Abadia (2018) e Cassama (2014) afirmaram que, Amílcar Cabral viajou pela primeira vez para as ilhas de Cabo Verde, acompanhado do seu pai precisamente no ano de 1932, foram à ilha de Santiago, uma zona rural onde estavam seus irmãos e a madrasta, dois anos depois, isto é, em 1934, a Iva Pinhel voltou para Cabo Verde para acompanhar os estudos e educação do filho. Com 10 anos de idade Cabral não tinha iniciado estudo no ensino primário e mais tarde com 12 anos começou a estudar e em um ano depois, concluiu ensino primário e foi obrigado a mudar para outra cidade a fim de dar continuidade de estudo no liceu de São Vicente.

A Iva desempenhou papel importante no processo educativo do filho Amílcar Cabral, Cassama (2014, p. 25), nos diz o seguinte,

Os esforços dela para a educação dos filhos, e os diferentes papéis por ela desempenhados – mulher, emigrante, mãe, chefe de família, teve um grande impacto na formação de Amílcar Cabral. A imagem de Iva Évora levou Amílcar a destacar a valorização e a importância da mulher em contexto de luta pela libertação da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Se o ambiente familiar influiu na personalidade de Amílcar Cabral, a dupla identidade (cabo-verdiana e guineense) e a vivência das crises de seca e de fome marcarão o seu futuro.

Faz-se saber que, o reconhecimento da figura da mulher na vida de Cabral no período da luta armada pela libertação dos dois países, com certeza, foi motivado pela personalidade da mãe, pelo desempenho e a dedicação feita ao filho na infância, o que originou no carinho e admiração sobre a importância da mulher na educação de uma pessoa. Quando começou a crescer, Amílcar Cabral deparou com algumas realidades na sociedade guineense e cabo-verdiana, indignou-se logo de imediato com relação ao sistema de ensino colonial nos dois países que, no seu entender visava a manipulação, valorização e promoção dos valores culturais portuguesa (CASSAMA, 2014), sistema educacional do regime portuguesa tinha como propósito a identificação dos povos africanos colonizados com a cultura portuguesa, manter o desenvolvimento do sistema colonial, isto é, diz Cassama, os povos que foram colonizados pelo Portugal são obrigados a aprender tudo sobre esse território, saber falar a língua, conhecer a geografia e a história do colonizador, ao passo que, são proibidos de aprender as suas próprias histórias e cultura na escola.

O mesmo aconteceu com a Igreja Católica, onde essa religião teve apoio na implementação da ideologia colonialista portuguesa, de acordo com Cassama

(2014,p.27), “Cabral apelidou esta ideologia educacional de «racismo cristianizado ou cristão», pelo fato deste ter dificultado os estudos dos estudantes negros africanos”. A dificuldade vem, pela pouca disponibilidade econômica das famílias e do estudante negro africano em custear as despesas dos seus estudos.

Por uma infância e trajetória de vida desenvolvida em dois territórios africanos, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, os registros históricos mostram que a maior parte da vida dele, foi em Cabo-Verde. O sentido desta dupla nacionalidade que possui, motivou a pensar na questão da unidade entre Guiné-Bissau e Cabo-Verde, para uma luta armada conjunta contra o jugo colonial. A unidade bissau-guineense e Cabo-Verdianos intensificaram e deram a tão rápida vitória do partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde nas matas da republica da Guiné-Bissau. Também aspecto pertinente para mencionar é que, o sistema educativo colonial português foi sistematizado para dominar os alunos dos países africanos colonizados pelo Portugal, no qual os mesmos são obrigados a saberem das histórias, culturas, políticas e todas as realidades do povo Português. Fator excelente de aprendizagem de Cabral, diferentemente de outras crianças da sua geração, é indireto das trajetórias da sua infância e vida escolar nos primeiros tempos nos três países, Guiné-Bissau Cabo-Verde e posteriormente completada quando a sua formação do curso superior em Lisboa, Portugal. Por serem dominados e adquirirem os conhecimentos ocidentais, muitos de jovens africanos ao voltar para os seus países de origem, acabam por reproduzir os conhecimentos e ideologias ocidentais aprendizados e valorizando os mesmos em detrimento dos seus conhecimentos.

Com instituições educativas e infraestruturas precárias nos países africanos, sobretudo colonizados pelo Portugal, uma porcentagem dos jovens que terminam ensino médio, sonham muito alto em estudar nos melhores centros de formações ocidentais, tendo esses países como referência para sobreviver bem na vida. Nessa perspectiva de ideia, a dificuldade deparada no país, as constantes opressões do colonialismo, obrigou Amílcar Lopes Cabral a mudar para Europa, como objetivo de ir continuar os estudos, porque os países estavam com escassez ou quase nada, para uma formação de qualidade desejada por muitos desses jovens. Depois de ter concluído os estudos no Liceu, ele e a sua família voltaram para cidade da Praia e daí Amílcar Cabral conseguiu emprego na imprensa nacional de contingente (ABADIA, 2018). Com a necessidade de dar

continuidade dos seus estudos, Cabral vai conhecer outro ambiente acadêmico, isto é, o sistema educativo europeu, especificamente ensino português.



Foto de Amílcar Lopes Cabral (1924 – 1973).

#### **4 Amílcar Cabral de formação em Portugal**

No período de 1940, foi marcada por viagens de números significantes dos estudantes africanos, sobretudo dos países colonizados pelo Portugal para Portugal, o caso de estudantes de Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe etc. O motivo de maioria sem dúvida é continuar seus estudos nos melhores centros de formações da Europa, uma vez que, o poder colonial portuguesa não criou condições necessárias e apropriadas para

que esses jovens possam estudar nos seus países. Devido à dificuldade financeira para pagar os cursos superiores nos países, alguns acabaram escolhendo outros países cuja oportunidade de estudar é melhor, sobretudo, nos centros de formações com programas de bolsas de estudos que possam suportar seus estudos.

No entanto, os pais de Amílcar Cabral passavam por problema econômico financeiro no sentido de poder manter o estudo do filho em Cabo Verde, conforme Abadia ( 2018 ), Cabral viajou para Lisboa no dia 03 de dezembro de 1945, quando tinha apenas 21 anos de idade, obtendo duas bolsas de estudo, uma financiada pelo Liceu Gil Eanes pelo seu desempenho acadêmico e a outra por concurso feito na missão dos estudantes do ultramar da política da administração colonial, conseguindo as duas bolsas e mais trabalhos independentes que fazia nos períodos de férias, conseguiu manter a sua estadia e o seu estudo em Lisboa (ABADIA, 2018). Apesar da dificuldade financeira e de adaptação que os estudantes africanos enfrentaram quando dos seus primeiros anos em Lisboa, Abadia mostra que, Cabral superou as dificuldades pelo esforço pessoal demonstrado, desempenho e dinamismo. Foi um aluno integral seja no grupo dos estudantes brancos como dos africanos e um dos melhores alunos do Instituto Superior de Agronomia (ISA). Nos primeiros momentos em Lisboa todas as nacionalidades africanas pretendiam reunir e debater assuntos dos seus interesses de forma separada, mas essa intenção não surgiu efeitos positivos e ao longo do tempo eles acabaram juntando em uma só comunidade e o próprio Estado Português criava políticas de controle desses alunos dentro de metrópoles com intuito do benefício do regime colonial portuguesa. Em Portugal, Cabral teve experiência boa enquanto estudante participou de vários grupos de estudos como: Antifascistas, que foi um dos grupos que reivindicavam contra o regime e ditadura Salazarista em Lisboa – Portugal e participou nos assuntos ligados a política Portuguesa, isso foi pertinente na sua formação de modo que a cada etapa da sua participação, foi aperfeiçoando os conhecimentos.

Na formação de Amílcar Cabral em Lisboa, a primeira pessoa que liderou o partido PAIGC depois da sua criação, entrou em contatos com outros jovens africanos que pela coincidência, tiveram mesmos objetivos, o de debater e criar meios para libertação dos seus países que estavam sob domínios dos imperialistas. Entre os camaradas de Cabral, podemos citar os nomes das

pessoas que lutaram para a independência do continente Africano, Agostinho Neto e Mário de Andrade.

A experiência adquirida nos debates através dos encontros faz de Cabral, ter outros olhares sobre os planos que devem ser tomadas de medidas a concretização daquilo que todos sonhavam que é libertar os povos africanos de opressões, essa visão é possível devido às partilhas de ideias entre os intelectuais que estavam a estudar em Portugal e, os debates estendiam até nos movimentos que venham lutando arduamente para as independências, que graça a integração de Cabral nesse luta que não limitava só para a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, mas sim, lutar para uma libertação total, da África e para que haja os povos livres e capazes de dirigir as suas nações para o desenvolvimento. Na concepção de Amílcar a sua integração na luta, é para o bem do povo africano no geral, uma da maior conquista que pode orgulhar aquele que ama o seu país e o próprio continente africano, por isso, lutar pelo direito da liberdade, de expressão e para o bem-estar é necessário e exige a participação de todo e a união de cada para a sua concretização cabalmente.

A autoridade portuguesa, interessada em controlar os alunos oriundos dos países colonizados, por estarem preocupados com evoluções de movimentos estudantis que estavam a emergir na cidade de Lisboa e a CEI, a Casa dos Estudantes do Império com a intenção de promover os valores nacionais portuguesas pelos estudantes oriundos dos colonos. Contrariando as intenções dos portugueses, a casa acabou formando críticos que revolucionaram as independências nos seus países, desta forma Paulo Fernando Campbell (2009, p. 87) afirma,

A casa era uma associação politicamente neutra por força estatutária, mas se opunha ao imperialismo e ao fascismo do Estado Novo, por força da ação política dos seus dirigentes, de uma forma geral, articulados com o Partido Comunista Português (PCP). Assim, a CEI constituiu-se num espaço de liberdade, pois, se por lado o regime autoritário reprimia as tentativas dos africanos nas colônias de organizar espaços de solidariedade. Por outro lado, criava para os estudantes, na própria metrópole, a possibilidade de se tornar uma elite cultural, acabando por permitir o desenvolvimento de uma política negadora do colonialismo.

Na CEI começaram a emergir os futuros líderes com pensamento de conquistar as independências dos seus países. Estes estudantes tinham contatos com as ideologias pan-africanas e dos movimentos que contestam a libertação do continente africano. Nos encontros realizados para discutir as questões relacionadas aos seus interesses e as futuras estratégias a serem tomadas, o

Léopold Senghor e Cheikh Anta Diop um dos intelectuais africanos tiveram papéis importantes que influenciaram os estudantes para as descobertas dos valores africanos, da civilização africana e na luta pela dignidade não só do povo negro, mas sim do mundo.

Essas ideias segundo Paulo Fernando Cambepell (2009) começaram a ter impactos positivos, porque, as informações circulavam facilmente de modo que permitiram a rápida comunicação entre os intelectuais africanos dos países colonizados, as mensagens passaram nas grandes cidades onde estão os estudantes pan-africanistas e anticolonialistas em defesa da liberdade da África. Os encontros na Casa de Estudantes do Império foram relevantes nas transformações, mobilizações e organizações das atividades desses jovens estudantes africanos e isso tem ajudado Amílcar Cabral para partilhar as suas vivências e experiências de vida vindas da Guiné-Bissau e Cabo Verde a respeito da dominação colonial portuguesa. Durante o tempo que Cabral esteve em Lisboa, Portugal para formar no curso superior em agronomia, foi um aluno destacado dentro e fora do ambiente escolar. Participou em grandes movimentos que põem frente a frente o regime Salazarista, foi um dos nomes que deram contributos, seja no processo de sensibilização das pessoas para participar nas reuniões dos estudantes, sobre as propostas e estratégias que possam ou devem ser executadas, a que os mesmos alunos, depois as suas voltas aos seus países de origem quando terminaram os estudos, acabaram por liderar as lutas armadas contra os regimes instalados dos seus respetivos países. O ambiente vivido em Lisboa ao longo dos tempos de estudos de Cabral foi fundamental, porque permitiu lhe interagir com as pessoas vindas de outras sociedades, sobretudo povos africanos e, a partilha de ideia e encontros de debates ajudou para amadurecimento em termo político, e de forma inteligente a enfrentar posteriormente o regime Português na Guiné-Bissau e Cabo-Verde.

Com o fim de formação de qualquer jovem no estrangeiro, o desejo e a sensação maior é voltar para o seu país, com intuito de reencontrar a família e dar contribuição a sua pátria. Nessa perspectiva, a geração de Amílcar Cabral, a grande maioria parte após as formações no exterior regressaram, isso aconteceu também com o Amílcar Cabral, mas o seu regresso foi através da autorização do regime Português para trabalhar como funcionário no ministério do ultramar do império português, assumindo assim a função de responsável de serviços



agrícolas e florestais do seu país, Guiné-Bissau. Com a nova função dada, Cabral aproveitou de momento para conhecer de perto a realidade da sociedade onde nasceu que aos poucos anos de idade foi obrigado abandonar por motivo da mudança dos seus pais para Cabo-Verde. Com relação à função dada que permitiu Cabral voltar de forma especial para trabalhar na Guiné-Bissau, Cassama (2014) e Abadia (2018) consideram único e importante para Cabral fazer estudo da situação socioeconômico sobre a população da Guiné-Bissau, a ideia foi realizada a quando da sua atividade de recenseamento agrícolas e dos dados por ele levantados dando conhecer a realidade que o povo passava para melhor pensar possíveis meios para resolver tais situações.

Após os estudos em Lisboa, Cabral regressou para a Guiné-Bissau em 1952 para trabalhar como engenheiro agrônomo da Estação agrícola de Pessubé. Foi momento oportuno de poder ter contato com seu país, saber da realidade da população e criar possíveis medidas que possam libertar-los do domínio português. Disse Franco (2009, p.68),

Ao regressar, em 1952 para a Guiné como engenheiro agrônomo da Estação agrícola do pessubé- da Repartição Provincial dos Serviços Agrícolas e Florestais-, foi encarregado de planejar e dirigir o Recenseamento Agrícola de 1953. O técnico, nos moldes do que aprendera nos Instituto Superior de Agronomia (ISA) como trabalho científica, coletou dados quantitativos para o recenseamento e efetuou uma cuidadosa coleta de dados quantitativos sobre a composição da população “indígena e de suas características culturais”. Isto lhe permitiu pensar, com mais eficácia, uma estratégia política para mobilizar a população e dar combate ao sistema colonial.

De volta a Guiné-Bissau, adquirindo novas experiências durante a formação em Lisboa, Cabral aproveitou momento da sua missão dada por governo colonial para inteirar melhor da situação do país. Isso ajudou na possibilidade de ter contato direto com o povo e trabalhar no sentido de conversar e sensibilizar os populares da cidade de Bissau e das zonas rurais para uma mobilização coletiva com o intuito da tomada de decisões para a libertação do país. Já no solo guineense, Amílcar Cabral, foi mentor da criação de várias associações com a finalidade de despertar as consciências das populações, entre elas, associações recreativa, associação desportiva e associação cultural, além da função de lazer para os públicos, esses lugares também são aproveitados para assuntos de outros carâteres. O recenseamento agrícola foi importante para Cabral, do ponto de vista político, para poder refletir sobre as melhores condições para a realização da luta armada que vai culminar com a independência da Guiné-

Bissau, em 1973, e dois anos depois de Cabo Verde, em 1975, portanto na Guiné-Bissau, as ações de mobilização começaram de caráter política, social e desportiva com objetivo de despertar a consciência dos cidadãos para a revolta para a mudança da situação que se vivia no país.

Com isso, quando Cabral voltou para o país onde nasceu tinha em mente dois objetivos a cumprir: A primeira dada pelo governo Português, a função de trabalhar como funcionário deste regime na Guiné-Bissau e, o segundo por sua iniciativa quando esteve no terreno, começou a fazer sua pesquisa, levantamentos junto da população, para saber como atual regime lhes tratava para depois estudar futuros planos com vista a combater o regime instalado. Além das condições difíceis que as populações enfrentavam, Cabral levantou e observou à situação geográfica do país, as condições climáticas, as zonas favoráveis para iniciar a luta armada. Tudo isso foi pensada e executada de forma segura e bem organizado por uma liderança inteligente de Amílcar Cabral, tendo a participação de várias personalidades do país que estavam de fato cansados pelos ocorridos, com a aderência de muitas pessoas no processo de luta armada, os sinais de vitórias, apresentavam cada vez nos olhos dos combatentes que estão na frente de luta na guerra, a força do povo junto com outras personalidades do país, contribuiu significativamente para uma vitória rápida contra o poder Português que estava a lutar com as tropas da Guiné-Bissau sob orientação da direção do Partido Africano para Independência da Guiné Cabo-Verde.

De volta a sua terra natal, Guiné-Bissau, após formação superior em Portugal, Cabral, sensibilizou a população, organizou atividades em diferentes espaços públicos, onde foram discutidos temas relacionados à situação que o país se encontra e as ideias colocadas como pautas de todos os encontros, têm como objetivos procurar meios através de diálogos para tirar os populares das opressões, dominações e sair das situações desumanas a que se encontravam, segundo Cabral, eram necessário e de muita responsabilidade tomar medidas que vão pôr fim às crises vividas. De salientar que todas as atividades desenvolvidas por Cabral para sensibilizar a população quanto o que devem ser feitos para travar o regime português na altura, eram de forma clandestina porque existe na altura enorme controle por parte das tropas Portuguesa, que dominavam o país, Guiné-Bissau, de modo não permitiam qualquer atividade de caráter político e muito menos que vão ao confronto as políticas das opressões do regime

portuguesas no período.

Amílcar Lopes Cabral volta a Guiné-Bissau, efetuando várias negociações junto da autoridade portuguesa que controlavam todas as instituições do país, as negociações tinham como propósito encontrar consenso para que as tropas portuguesas possam abandonar o território guineense ocupada há décadas. A direção do PAIGC, mostrando interesse em negociar, contrariamente da outra parte de Portugal que tinha pouco interesse para negociar ou desocupar a Guiné-Bissau, o que vieram a impulsionar tensões entre ambas as partes, criando novos desdobramentos que acabaram numa guerra por via armada declarado pelo o PAIGC ao regime português em sequência de muitos acontecimentos cometidos por tropas portuguesas aos cidadãos guineenses e Cabo-verdianos. Um dos acontecimentos imediatos que foi momento determinante para que, a direção do partido PAIGC decidir a guerra via armada depois de insucesso ou não interesse de Portugal a negociar a independência de forma pacífica foi, o massacre de Pindjiguiti de três de agosto de 1959 no porto de Bissau, capital da Guiné-Bissau com assassinatos de vários funcionários que estavam a reclamar melhores condições de vida, funcionamentos dos serviços e em resposta dessa manifestação por parte do regime, foram assassinados brutalmente por seguranças, vários funcionários. E o segundo aspecto tem a ver com início da guerra através da primeira bala atirada por tropa do PAIGC, num das quartéis do país de nome Tite, situada na província leste.

Segundo Silva (2006) as causas imediatas de acontecimentos de massacre de Pindjiguiti ocorrido em agosto de 1959, esta relacionado com o protesto realizado no dia três agosto do mesmo ano, em que os funcionários exigência do regime, melhor condição de salários, de funcionários, tendo em conta os produtos da primeira necessidade e outros tipos de alimentações estavam altos de modo que os salários recebidos por eles não compensavam e nem permitiam fazer compras. Além demais, as condições de vida e dos espaços de trabalhos eram desumanas. Os funcionários encontravam para reunir e sensibilizasse entre si com vista a fazer algo que possam pressionar o regime, tipo greve: Uma das primeiras greves começou em 25 de julho de 1959, a partir daí houve sucessivas manifestações ao longo do tempo, afetando assim todas as áreas, os funcionários de cada área de trabalho no Porto abandonaram os seus postos de trabalho, e deste modo criou enorme perda de carregamentos dos produtos que

deveriam ser importados ou exportados na época.

Entretanto o que se esperava a ser resolvida para haver solução para o fim das greves dos marinheiros deu errado no dia seguinte, o três de agosto de 1959 foi um dos acontecimentos mais bárbaros em plena luz do dia, onde registraram tiroteios que mataram centenas de pessoas, só conseguiram sobreviver aqueles que escaparam ou fugiram para outros lugares que os policias portugueses não viram.

Acontecimento como essa e outros desde a chegada dos Portuguesesna Guiné-Bissau provocaram a rápida mudança de planos do PAIGC para decidir lutar com as tropas portuguesas, mesmo com poucas condições no que trata a questão de armamentos. O ambiente que foi vivido é revoltante e faz com que a direção do partido não analisou as futuras consequências de uma luta na mata, porque a guerra só por si exige grandes recursos humanos e materiais melhores para melhor combater os adversários, contrariamente, a própria Guiné não tinha na altura tais recursos, mas decidiu declarar a guerra sem o possuir os mesmos. Para Cabral era necessário iniciar a revolução seja de quais condições que o povo tem, mas, a força e resistência das tropasdo partido e daqueles que o apoio, é resultado da unidade, um povo que conseguiram vencer as tropas estrangeiras num processo de luta iniciado nos 23 de janeiro de 1963, no quartel de Tite no Leste do País. A guerra de libertação abrangia quase toda parte do território, à medida que ela estava evoluindo com o tempo as tropas do PAIGC, recuperavam aquelas partes ocupadas por regime pelos Portugueses.

Conforme o trabalho de Cassama (2014) e Monteiro (2013), A luta armada pela independência da Guiné-Bissau contra o regime Português tem a duração de onze anos, para conseguir a vitória final desejada, a Guiné-Bissau perdeu vários combatentes que davam tudo ou nada, para libertar o país e o povo guineense da longa dominação, exploração, tortura, e, sobretudo dar os cidadãos os direitos de livres expressões como povos de outros países no mundo. A independência foi conquistada pelos guineenses, em 24 de setembro de 1973, proclamada unilateralmente pelo militar, João Bernardo Vieira mais tarde reconhecido por Portugal em 1974.

Outro momento marcante da virada da página sobre a dominação dos países europeus ao continente africano foi à tomada das decisões com relação às independências dos países africanos, segundo Franco (2018), o pós-segunda

guerra mundial contribuiu na participação das elites africanas na tomada de consciência das políticas do continente para combater ações anteriores dos colonizadores, com isso, é evidente observar a participação das elites africanas nos eventos políticos e nas diversas manifestações com propósito de equilíbrio dos direitos iguais entre os povos no mundo. Franco (2018, p. 69),

A carta das Nações Unidas, assinada em São Francisco a 26 de junho de 1945, marcou um ponto em comum na política de bipolarizada. Por pressão dos EUA e da URSS, o documento, no capítulo 1, artigo 1º, estabeleceu ser do propósito de as Nações Unidas “ desenvolver as relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito aos princípios da igualdade de direitos e autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal “. Assim, ao mesmo tempo em que o tema de autodeterminação uma forte ênfase, as elites africanas passavam a se empenhar na escolha de estratégias eficazes, estabelecendo as ações comuns, negociando também com elites políticas Asiáticas, em torno dos mesmos interesses, para impedir que a obtenção da independência se dispersasse em protesto isolado.

O pós-segunda guerra mundial, com certeza, foi determinante como mostrou Franco (2018), na viragem da página das políticas africanas através de ações desenvolvidas neste período, e que se estendeu até a década de 1950, marcadas pelas conquistas das independências de países africanos. A independência da Guiné-Bissau seria possível através de um longo processo de luta de guerrilha iniciada em 23 de janeiro de 1963, que durou onze (11) anos e, o país tornou unilateralmente independente de Portugal em 24 de setembro de 1973. A trajetória histórica de Amílcar Cabral foi importante para o seu aprendizado, porque ele adquiriu novos conhecimentos através das interações e partilhas de ideias com amigos e movimentos que contestam a libertação do continente Africano. Com isso pode dizer que, o espírito da revolução deste líder começou momentos antes da sua formação em Lisboa, mas, os tempos da formação em Portugal deram-lhe outros conhecimentos e olhares para analisar e tomar decisões sobre as situações da Guiné-Bissau e Cabo-Verde. Portanto, as trajetórias vividas antecederam a revolução para a independência que Cabral foi o mentol principal deste processo, no entanto, toda caminhada pessoal e coletiva faz de Cabral tornar num líder revolucionário, depois do seu regresso para Guiné-Bissau, declarando a guerra contra o regime colonial Português.

## 4.1 Conclusão

No presente trabalho, discutimos o tema, Amílcar Cabral e o período da revolução para a independência da Guiné-Bissau, para a sua realização procuramos analisar documentos que evidenciam os fatos históricos destes acontecimentos por meio da revisão das referências bibliográficas. O objeto deste estudo é trazer percurso histórico que ligou a vida de Amílcar Cabral com o processo que culminou com a libertação do país. Em jeito de situar os leitores sobre o país, falamos de forma breve sobre a situação geográfica da republica da Guiné-Bissau, trazemos aspectos sociais e históricos, onde foi analisada a dimensão territorial, suas limitações com outros países da costa ocidental como, Senegal e Guiné-Conakry.

Foi discutida no trabalho, a ocupação do colonialismo português na Guiné-Bissau, acontecimento, tem como registro os anos de 1446, a chegada dos portugueses no país para ocupação e mais tarde devido as políticas de dominação, explorações, opressão e por não permitir livre expressão dos nativos do país, levou na resistência por parte dos grupos étnicos em consequência as respostas das situações desencadeadas pelo regime colonial Português. As resistências das etnias no país deram impacto para o regime português, mostrando insatisfações perante os comportamentos dos portugueses para com os guineenses. As evoluções de más estados das situações dos povos guineenses obrigaram, a organizar e procurar soluções para sair de impasse vivida a muitos anos. Neste sentido, emergiram vários movimentos de resistências contestando as ações dos portugueses contra os guineenses, entre tais, destaque-se a criação do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo-Verde-PAIGC, criado por Amílcar Lopes Cabral e mais cinco colegas, partido que assumiu a responsabilidade de libertar dois países, Guiné-Bissau e Cabo-Verde, através do processo de luta armada realizada nas matas da Guiné-Bissau.

Assim no que toca ao processo de luta armada discutido no trabalho, falamos dos fatores que motivaram a direção do partido PAIGC a decidir fazer a guerra, tendo como objetivo de o país tornar independente de Portugal, para a conquista da independência, a luta armada durou onze anos entre as tropas do PAIGC e do regime colonial português, da parte guineense e Cabo-verdiana,

todas as ações de guerra foi liderado por Amílcar Lopes Cabral, infelizmente morreu antes de presenciar a proclamação da independência em 24 de setembro de 1973. Abordamos ainda, a biografia sociológica de Amílcar Cabral, falando da família, do seu nascimento na Guiné-Bissau e do regresso a Cabo-Verde país dos seus pais, e do percurso da escolaridade realizada no país. Interessa destacar que, a mãe de Amílcar Cabral, desempenhou papel importante na educação do seu filho porque foi quem ajudou para o crescimento acadêmico que resultou na conquista de bolsa de estudo para Portugal. A formação em Portugal, Cabral teve oportunidade de conhecer e participar em vários movimentos Pan-africanos e anticolonialistas, que contestavam a autonomia do continente Africano e dos seus respectivos países. Essa experiência faz deste líder um homem preocupado e comprometido para libertar o seu país e contribuir para a autonomia da África contra os interesses imperialistas. O regresso de Cabral a Guiné-Bissau por autorização do governo colonial português para trabalhar como agrônomo, o momento serviu para Amílcar Cabral, de investigar de perto o verdadeiro estado que a população guineense estava a passar para depois criar meios que possam tirá-los. Os autores como Monteiro (2013) e Cassama (2021) sustentam que, depois de várias negociações para independência e sem sucesso, a direção do PAIGC, decidiu libertar o país pela via de luta armada, a guerra, para a concretização da independência desejada.

Com relação a isso, consideramos pertinente a nossa contribuição em pesquisar a figura de Amílcar Cabral e o papel desempenhado no processo de luta armada para a independência da Guiné-Bissau. A pesquisa e o resultado, serve de nós, no aperfeiçoamento do nosso saber e o material acredito que possa ajudar os futuros pesquisadores e interessados no assunto e que querem futuramente aprofundar os seus conhecimentos ou desenvolver outros estudos relacionados a figura de Amílcar Lopes Cabral e a sua trajetória no processo da luta armada para a independência da Guiné-Bissau, que talvez não fizemos aqui.

## Referenciais teóricos

- ABADIA, Danúbia Mendes. As lutas anticoloniais em Guiné-Bissau e Cabo-Verde sob a perspectiva ideológica e a trajetória política de Amílcar Cabral (1960-1974). Goiânia, 2018.
- ABRANTES Pedro. A escola de vida. Tempo Social revista de sociologia da USP, v. 24, n. 2, 2012.
- AUGEL, Moema parente. O desafio do escombros: Nação. Identidade e pos-colonialíssimo na literatura da Guiné-Bissau. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BOURDIEU, Pierre 1930: sociologia. Organizador [da coletânea] Renata Ortiz; [tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi], - São Paulo: Atica, 1983.
- CAETANO, Fara. A cooperação Portuguesa para o desenvolvimento na área da educação da Guiné-Bissau: impactos dos projetos. Faculdade de Letras Universidade de Porto, 2012 (Dissertação de mestrado).
- CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. Guiné-Bissau: Da luta armada à construção do Estado nacional- conexões entre o discurso de unidade nacional e Diversidade Étnica (1959-1994). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências sociais, Salvador-Brasil. 2013 (Tese de Doutorado).
- CASSAMA, Daniel Júlio Lopes Soares. Amílcar Cabral e a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara, SP: 2014.
- COSTA, Magnusson da. Amílcar Cabral e pan-africanismo continental: A unidade e a solidariedade africana na independência da Guiné-Bissau. Unilab, São Francisco de Conde, Salvador – Bahia 2019.
- ELIAS, Norbert. Mozart, sociologia de um gênio. Organizado por Michael Schröter; tradução, Sérgio Góes de Paula; revisão técnica, Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.
- FRANCO, Paulo Fernando Campbell. Amílcar Cabral: A palavra falada e a palavra vivida. Universidade Federal de São Paulo, 2009.
- Guiné-Bissau. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Guin%C3%A9-Bissau>  
Acesso em: 8 de março de 2022.
- LAHIRE, Bernard. O Singular Plural. Tradução: Thiago Panica. Fonte: Blog do Sociofilo [blogdosociofilo.com].



NDJAI, Tchernó. O pensamento político de Amílcar Cabral: Teoria e prática em momentos decisivos da libertação da Guiné-Bissau (1959- 1969). Vitória 2012.

P.A. I.G.C. 1974. História: A Guiné e as ilhas de Cabo-Verde. Impresso com a colaboração técnica e financeira da UNESCO, de acordo com a resolução 8 aprovado pela 16ª sessão da Conferência Geral.

PETERS, Gabriel. Bourdieu em pílulas (4): algumas propriedades do habitus.

Publicado no Blog Que cazzo é esse? Publicado no Blog “Que caazzo é esse?”

Disponível em: (<https://quecazzo.blogspot.com/2016/04/bourdieu-em-pilulas-4-algumas.html>). Acesso em: 16 de abril de 2022.

PRECIOSO, Daniel. O último discurso de Amílcar Cabral: um projeto de Estado binacional para Guiné-Bissau e Cabo Verde (1973). Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, Edição 24, V. 9, N. 2 (mai. /ago. 2017).

SILVA, António E. Duarte. Guiné-Bissau: a causa do nacionalismo e a fundação do PAIGC. Cadernos de Estudos Africanos 9/10 | 2006 Memórias Coloniais.

TÉ, Didier. A teoria como arma da luta: unidade luta e cultura no pensamento político de Amílcar Cabral. Redenção, 2016. Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. Cabo Verde e Guiné-Bissau: As relações entre a sociedade civil e o Estado. Recife: Ed. Do autor, 2015. 519 p.

WOOLLACOTT, John. A luta pela libertação nacional na Guiné-Bissau e a revolução em Portugal. Social, vol. xix (77-78-79), 1983-.

HARMAN, Elisabete Azevedo. O semipresidencialismo na Guiné-Bissau: Inocente ou culpado da Instabilidade política? In: LOBO, M.C.& AMORIM, N.O. O semipresidencialismo nos países de Língua portuguesa. Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 2009.

Foto da imagem de Amílcar Lopes Cabral. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=data+de+nascimento+de+amilcar+cabral&og=ata+de+nascimnto+de+Am%C3%ADlcar+&aqs=chrome.1.69i57j0i22i30.35209j1j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#imgrc=hueK0NVIOXThCM>. Acessado dia 04 de fevereiro de 2023.